ÉTICA I

Primeira Parte: INTRODUÇAO À ÉTICA FILOSOFICA.

CAPITULO I – A ÉTICA FILOSOFICA.

1. Noção preliminar de Ética.

Devemos iniciar nosso estudo buscando uma definição para a ciência da Ética. Evidentemente com o desenvolvimento e aprofundamento do curso essa noção poderá sempre mais ser aperfeiçoada, contudo façamos essa primeira afirmação, valendo já como uma definição real:

> Ética filosófica ou filosofia moral é a parte da filosofia que estuda a vida moral do homem, ou seja, o seu agir livre.[1]

Já nessa definição devemos destacar alguns termos fundamentais tais como: vida moral do homem e agir livre. Essas duas expressões falam da ação da inteligência e vontade que são características exclusivas como tais do ser humano. Não se pode esperar um comportamento moral e uma ação verdadeiramente livre da parte de outros seres em nosso mundo, como, por exemplos os animais que tem vida sensitiva, mas não intelectual. Já se falou de inteligência e de vontade em animais, contudo não se trata de um modo formal de falar. A inteligência e a vontade como faculdades da alma são próprias do ser humano[2].

Do ponto de vista nominal os termos Moral e Ética derivam de duas palavras, uma latina e outra grega, que designam os costumes (*mores, ethos* ἦθος). Assim temos acesso ao objeto material da Ética: é uma ciência referente aos costumes ou à conduta moral do homem.

Outro ponto importante dessa definição está no termo "parte da filosofia". A Ética é uma parte da filosofia. Esta, por sua vez, é a ciência que conhece para conhecer, ou seja, não tem uma finalidade pragmática. Todas as outras ciências têm uma finalidade mais prática que motiva o conhecimento em sua área. A medicina procura conhecer o homem para curá-lo, a sociologia para estudar o seu comportamento na sociedade, a engenharia quer conhecer para construir, e assim por diante. A filosofia, no entanto, busca o conhecimento para conhecer. Jacques Maritain a define da seguinte maneira: "A filosofia é o conhecimento científico que pela luz natural da razão considera as causas primeiras ou as razões mais elevadas de todas as coisas"[3]. Vemos assim que pela luz natural da razão a filosofia busca conhecer todas as coisas através de suas causas primeiras, ou seja, procura a sua essência, aquilo que a coisa é. A Ética se insere dentro da filosofia como o desdobrar prático da sabedoria filosófica.

---

[1] LUÑO, Angel Rodríguez, *Ética*, Le Monier, Firenze, 1992, p.3.

[2] Muitas vezes queremos nos referir a um animal como um ser propriamente inteligente, no entanto está presente a associação que faz com que algumas atitudes do animal pareçam ser uma ação inteligente. Para dar alguns exemplos podemos citar o "João de Barro" uma ave que constrói a própria casa, mas sempre a mesma casa, as abelhas que parecem fazer uma obra de engenharia quando fazem a colmeia, na verdade seguem um instinto que lhes permite fazer aquela obra, mas não vão muito além disso. Alguém poderia falar de inteligência nos seres vivos apenas de modo análogo àquilo que existe no ser humano.

[3] MARITAIN, Jacques, *Introdução Geral à Filosofia, Elementos de filosofia I,* Agir, Rio de Janeiro,1977,p. 71.

O mesmo Maritain[4] nos recorda que existem outras ciências práticas como a Medicina que visa a alcançar a saúde do homem. Todavia essas ciências não visam o Bem supremo do homem, mas um bem particular, como no caso da medicina, a saúde. Por isso ele afirma que a Ética é a única ciência prática que merece o nome de filosofia. Por isso assim como a filosofia julga as demais ciências por ser sabedoria, a Ética ou moral filosófica, deve orientar as ciências práticas.

A Ética distingue-se seja do conhecimento moral espontâneo, seja da Teologia Moral. É diferente do conhecimento moral espontâneo por ser uma ciência. A consciência moral é parte integrante da vida e o homem tem espontaneamente o conhecimento que brota da sua experiência moral, ou seja, é uma realidade vivida. Todo homem, tenha ou não estudado Ética, é protagonista da sua vida, e assim une ideias e critérios com os quais toma suas decisões. A Ética filosófica é uma elaboração sistemática e crítica e elaborada que quer esclarecer filosóficamente a essência da moral a fim de elaborar normas e critérios para orientar o uso responsável da liberdade pessoal. O conhecimento moral espontâneo constitui o ponto de partida para a reflexão da Ética. [5]

Já a distinção da Ética para a Teologia Moral se baseia no fato que esta última é informada pela fé. A Ética filosófica se desenvolve puramente através dos recursos da razão. A Teologia Moral tem seu fundamento na razão, mas também no dado da fé, ou seja, é informada pela Revelação.

A Ética também se distingue de outras ciências tais como a psicologia e a sociologia das moralidades.

Passemos então ao termo *ethos*, Ética, e procuremos agora uma definição nominal. Esse termo é antiquíssimo. Aparece no *Corpus Aritotelicus* (Ética de Nicomaco, Ética eudemia, e grande Ética) que significa propriamente caráter. Pode ser traduzido como *habitus* ou costume. Quando o hábito é bom chama-se virtude, quando mau, vício.

Importante é notar também que a Ética é formada de uma parte prática e de outra teórica. Prática porque parte das ações humanas e quer orientar a ação do homem e teórica porque considera o homem no seu ser.

2. O objeto da Ética.

2.1. Objeto material: Os atos humanos.

Para esclarecer o problema do homem que age de modos diversos, a filosofia estabeleceu uma diferença fundamental dos atos do homem que se tornou clássica na moral. Existem ações nas quais o homem não empenha todo o seu ser. Nessas não estão presentes de modo consciente a sua inteligência e vontade. São chamados *atos de homem*. São, por exemplo, os atos biológicos inconscientes como a nossa respiração e nossa digestão. Acontecem sem que pensemos naquilo que está ocorrendo. Não é preciso deliberar sobre essas coisas.

Observa Joseph de Finance[6] que nem sempre o homem age como homem, a sua atividade nem sempre porta a marca de sua diferença específica. Muitas vezes frequentemente seus atos procedem dele, apesar de sendo dele, não exprimem aquela área do seu ser pela qual ele entra no

---

[4] Ibidem, p. 97-98.

[5] O conhecimento moral espontâneo tem o mesmo objeto formal da Ética, mas se desenvolve de modo diferente. É semelhante ao conhecimento das mudanças atmosféricas que o camponês tem por experiência e o meteorologista tem por um conhecimento científico. LUÑO, Angel Rodríguez, *Op. Cit.*, p. 4.

[6] DE FINANCE, Joseph. SJ, *Etica Generale*, Editrice Pontificia Università Gregoriana, Roma, 1997, p. 31.

gênero dos corpos animados: como atividade dos outros viventes, esses são dirigidos por uma necessidade de natureza, são determinados. Além das operações da vida vegetativa (que no uso corrente não se costuma chamar de atos) os gestos instintivos, não refletidos, os tiques, os reflexos, as práticas realizadas sob a influência de uma constrição psíquica, pela sugestão hipnótica, por um rapto de demência, etc. Esses são atos do homem porque fazem parte de sua natureza, mas não são atos humanos, porque não implicam em sua diferença específica. Atos humanos são aqueles que o homem faz enquanto dotado de razão. Daí vemos como é valiosa a definição de homem de Aristóteles, animal racional.

Numa outra categoria temos ação humana que nos interessa mais de perto. São os atos que modificam o modo de ser, o *ethos*. Esses atos são chamados atos humanos. Neles existe a ação deliberativa do homem fruto da sua inteligência e vontade. De *per se* a inteligência deve guiar a ação do homem iluminando a vontade para que essa decida bem, escolha aquilo que é melhor. Contudo a vontade pode procurar o bem de tal modo que dá razões a inteligência[7].

A respeito dos atos humanos temos a seguinte citação de São Tomás: "Entre todas as ações feitas pelo homem, sustenta o Angélico, se chamam humanas somente aquelas que pertencem ao homem enquanto tal; dado que é próprio do homem ser senhor de si mesmo e, portanto, procedem da vontade deliberada, a razão e a vontade, a quem pertence à liberdade" [8] Assim devemos afirmar:

> O objeto material[9] da Ética são os atos humanos porque neles o homem empenha tanto a inteligência como a vontade, ou seja, exercita a sua liberdade.

Como critério distintivo das ações do homem está presente a liberdade. É somente ato humano aquela ação realizada livremente. Por isso mesmo é que pode ser considerada pela moral. Os atos de homem não são estudados pela moral, porque não são ações livres. No ato humano está a consciência vivida do ser eu como agente responsável se une a causa verdadeira daquilo que eu faço. Assim as ações livres é que são do interesse da Ética.

> As ações livres procedem da libertação da racionalidade e da vontade, seja imediatamente (amor, desejo, ódio), seja através de outras potencias (falar, trabalhar, golpear).

Assim as ações da pessoa humana são objeto material da Ética enquanto são livres, ou seja, enquanto pressupõem a atualização da deliberação racional e da vontade.

É preciso ressaltar que um ato voluntário e livre não é necessariamente um ato de cuja vontade é o princípio imediato. O ato que procede imediatamente da vontade é chamado ato "elícito" (de *elicere*, irar de fazer sair). Assim a decisão de escrever um livro é um ato elícito, enquanto essa

[7] Para dar um exemplo concreto, é o caso de alguém que precisa de um carro para o trabalho. Um carro simples lhe basta, porém, a vontade pode impulsionar a inteligência como que dizendo: "eu preciso de um carro confortável e também bonito, pois tenho que me apresentar bem". Assim a vontade, na verdade o próprio homem, busca razões para fazer aquilo que lhe agrada e não aquilo que é realmente necessário fazer.
[8] São Tomás de Aquino, S. TH. I, II, q.1, a.1.
[9] Vale a pena recordar que o objeto material é aquele sobre o qual uma ciência estabelece o seu estudo que deverá ter a sua formalidade, ou seja, um ponto de vista próprio daquele objeto material. O objeto material pode ser comum a muitas ciências. Por exemplo: o homem. O estudo do ser humano pode ser feito pela medicina, pela biologia, pela antropologia, pela filosofia, pela teologia. O objeto material de estudo é o mesmo, mas o objeto formal é que caracteriza a especificidade daquela ciência em relação ao objeto de estudo.

decisão põe em ato outra potência é chamado imperado, ou seja, comandado. Veremos adiante com mais detalhes essa classificação.

2.2. O objeto formal da Ética: a moralidade dos atos humanos

Vimos que o que especifica a visão de uma ciência é o seu objeto formal. Os atos humanos são o objeto material da Ética, mas o objeto formal é a moralidade dos atos humanos. A esse ponto já começamos a examinar o valor de um ato humano. A ação deliberada do homem pode ser boa ou má.

O objeto formal da Ética é a moralidade dos atos humanos, ou seja, a bondade ou a maldade das ações humanas enquanto tais.

A moralidade é uma dimensão real existencial da ação humana e não somente um modo de considerá-la. Assim o objeto formal da Ética é aquele segundo o qual os atos humanos, vistos formalmente enquanto tais, são qualificados como bons ou maus. Genericamente chamamos de moralidade a bondade ou maldade das ações humanas enquanto tais. A moralidade – a bondade ou maldade – das ações humanas não se identifica com as qualidades naturais (inteligência, habilidade, etc.). As características naturais do homem (inteligência, habilidade, energia física, força de caráter) são moralmente ambíguas, pois podem ser usadas positiva ou negativamente. Somente uma decisão livre um homem pode ser bom ou mau no sentido moral.

Santo Agostinho: "Pela virtude moral se vive retamente e ninguém pode usá-la com finalidades más. Isto significa que a virtude moral consiste no bom uso da liberdade" [10]

São Tomás: "Só quem tem uma vontade boa é bom em sentido absoluto, porque graças a ela utilizará bem todos os seus recursos". Podemos aqui recordar, a título de ilustração, o adágio popular que diz. "De boas intenções o inferno está cheio". Rigorosamente falando esta frase não é verdadeira, pois uma boa intenção não pode ser condenada. O que ocorre de fato é que podem existir falsas boas intenções. Estas sim são reprováveis.

Não se deve confundir também bondade com perfeição técnica. O senso comum distingue "bom" de "perfeito" para distinguir um ato bom e uma obra perfeita. Ninguém fala de um bom roubo, mas se poderia falar de um assalto perfeito, um atentado perfeito, no sentido que tecnicamente foi bem realizado, mas não deixa de ser ilícito. O roubo é mau em absoluto no sentido moral, mas pode ter uma certa "bondade" no sentido de perfeição técnica, ou seja, foi realizado com perfeição.

Na Ética, contudo, bem e mal tem um sentido absoluto. O bem e o mal são o bem e o mal que as ações possuem enquanto humanas, pois dizem respeito a pessoa humana enquanto tal. Se pode dizer então que o bem moral coincide com o bem da pessoa na medida exata em que esse bem está em jogo na ação livre e deve ser realizado mediante essa ação.

O remorso ou o arrependimento não dependem de uma deficiência técnica do agir, mas da convicção que a obtenção do fim alcançado segundo os objetivos pré-fixados, ou seja, foi mais uma perda que um ganho, daí o arrependimento.

A explicação desta experiência é que a um nível mais profundo em relação àquela coisa nos bens que nos atraem, existe algo que se deseja em modo necessário e irresistível. Na realidade é o objeto originante e a medida constitutiva de todo o nosso desejo. Aristóteles e a tradição filosófica o chamaram de "fim último", vida feliz, ou felicidade (beatitude).

---

[10] Sto. Agostinho, *Retractatinurm libri* duo, lib. I, cap. 9, 6; ML 32, 598.

2.3. Divisão do ato humano[11].

Pela relação com a moralidade, o ato humano pode ser:

1) Bom ou lícito, se estiver de conforme a lei moral (p. ex. dar esmola).
2) Mau ou ilícito, se for contrário a lei moral (p. ex. mentir).
3) Indiferente, quando nem é contrário nem conforme a lei moral (p. ex. andar)

O ato humano também pode ser:

a) *Interno:* o que é realizado mediante as faculdades internas do homem – entendimento, memória, imaginação, etc. (p. ex., a recordação de uma ação passada, ou o desejo de algo futuro).
b) *Externo*: quando intervêm também os órgãos e sentidos do corpo (p. ex. comer ou ler).

2.4. Elementos do ato humano: advertência e consentimento.

a) *Advertência:* Com a advertência o homem percebe a ação que vai realizar. Essa advertência pode ser *plena* ou *semiplena*, consoante com a advertência com toda a perfeição ou só imperfeitamente. Por exemplo uma ação pode ser semiplena se o sujeito está meio adormecido. Em teologia católica se fala de advertência plena para que haja pecado grave.

b) *Consentimento:* É o que leva o homem a querer praticar o ato previamente conhecido, procurando com isso um fim. Como assinala São Tomás (S. Th. I-II, q. 6, a.1), ato voluntário ou consentido é "o que procede de um princípio intrínseco, com conhecimento do fim. Esse ato consentido pode ser perfeito ou imperfeito, consoante seja realizado com pleno ou semipleno consentimento. Em teologia católica se fala de consentimento perfeito como elemento para que haja pecado grave.

3. O estatuto científico da Ética.

3.1. Ética como ciência especulativa, prática e normativa.

O objetivo da Ética não é somente a compreensão da moralidade das ações, mas também o de ajudar o homem a realizar a moralidade de suas ações. A Ética filosófica é um saber prático não só porque tem por objeto as ações, mas porque é um saber que guia as ações.

A Ética formula e funda filosoficamente os juízos de valor e as normas de comportamento dotadas de validade absoluta, com intenção de orientar a liberdade pessoal em direção ao bem da pessoa humana enquanto tal. Assim devemos destacar:

> A Ética é ciência prática porque parte da vida moral espontânea, mas também é especulativa porque aprofunda o sentido das ações humanas procurando dar juízos de valor. É finalmente normativa porque depois de analisar e julgar os atos humanos quer guiar o homem através das normas que estabelece com a especulação.

[11] SADA E MONROY, *Curso de Teologia Moral*, Rei dos Livros, Lisboa, 1989, p.25-26.

Consequentemente se deve afirmar que o interesse primário da ética não reside na análise psicológica ou sociológica das ações morais, A Ética estuda o agir enquanto livre. A Ética vai além da descrição que algumas ciências realizam com o objetivo de conhecer o que uma determinada sociedade de uma certa época considera como bem e mal. A Ética formula e funda filosoficamente juízos de valor e normas de comportamento dotadas de validade absoluta, com a intenção de orientar o exercício da liberdade pessoal em direção ao bem da pessoa humana enquanto tal. A Ética é ciência moral, e como tal se distingue nitidamente das ciências positivas da moralidade (psicologia, sociologia, etc.).

Jovilet recorda que em Lógica falamos de um grupo de ciências chamadas comumente de ciências morais referentes a atividade humana como tal, tanto individual como coletiva. Jolivet afirma que a expressão "ciências morais" é bastante imprópria, porque embora pretenda designar o que tem relação com o homem, enquanto racional e livre, prescinde do julgamento do bem e do mal, isto é, faz abstração precisamente do bem e do mal. Nesse grupo estão a Psicologia, Sociologia, Economia, Moral e Política e também a História[12].

3.2. As objeções da matriz positivista à Ética normativa[13].

O positivismo não é uma doutrina especificamente ética, mas uma concepção geral da filosofia e das ciências que tem importante repercussão sobre a Ética, sobre as disciplinas jurídicas, políticas e sobre a estética. O termo positivismo deriva do vocábulo latino *positum*, que significa "o que é dado". Segundo o positivismo, o saber deve limitar-se a registrar e ordenar os fatos verificáveis por meio da experiência sensível, sem que nunca seja possível transcender ao plano determinado pela ciência. Assim vemos um fechamento à possibilidade da metafísica, já que o único conhecimento possível é o que vem das ciências positivas e o único método é o empírico. Assim não é possível, para o positivismo, um conhecimento certo e sistemático de valores e normas morais.

a) O positivismo sociológico.

O fundador do positivismo sociológico foi Augusto Comte (1797-1858). Na linha de pensamento que ele abriu se encontram, Durkheim (1858-1917), Lévy-Bruhl (1857-1939) e Westermark (1862-1939). Na obra *La morale ET La science dês moeurs* (1903) Lévy-Bruhl sustenta que falar de uma ciência normativa é absurdo. A ciência por definição conhece aquilo que é, não aquilo que deve ser: é uma aplicação metódica do espírito humano à uma parte da realidade dada, a fim de descobri leis que governam fenômenos. Assim a moral não pode ser outra coisa que uma ciência dos costumes. Seu trabalho consiste em descrever os usos e os valores morais das diversas sociedades. De modo algum a Ética, para essa corrente de pensamento, poderia arrogar-se o direito de prescrever leis aos homens e aos grupos sociais.

Como consequência, para Lévy-Bruhl, o comportamento moral depende na realidade da estrutura social, e por isso, onde existem configurações sociais análogas se encontram morais semelhantes, assim também os princípios filosóficos invocados para seu fundamento podem ser muito diferentes.

Acentuando a incidência da pressão social na formação moral da pessoa, o positivismo sociológico chama a atenção para um fator que a Ética não devia esquecer. Contudo, a absolutização deste ponto de vista implica na negação da moralidade mesma, porque dissolve o bem em sentido

[12] Jolivet, Regis, Tratado de Filosofia IV, Moral, Agir, 1966, Rio de Janeiro, p.12.
[13] LUÑO, Angel Rodríguez, *Ética*, Le Monier, Firenze, 1992, p. 15.

absoluto em um bem relativo. São os padrões sociais que determinam o comportamento moral. Como consequência desse tipo de pensamento, estamos constatando que a diversidade de concepções filosóficas e antropológicas faz surgir um desacordo teórico e prático sobre os valores e sobre realidades humanas fundamentais tais como: valores da vida, da sexualidade, da família, da paz, da conservação do ambiente natural, etc.

A consequência mais negativa do sociologismo positivista está no relativismo ético em paralelo com a negação positivista da metafísica.[14]Negando a metafísica reduz o âmbito do conhecimento humano somente aos fenômenos, além de tentar suprimir toda noção de um bem absoluto das ações humanas. Como resumo, devemos dizer que: O positivismo sociológico ao afirmar que a ciência apenas pode conhecer aquilo que é, mas não tem poder para dizer aquilo que deve ser, nega a possibilidade de uma ciência moral, de uma metafísica, além de cair em um relativismo pelo fato de apenas querer ser uma ciência dos costumes, ou seja, de descrever usos e valores morais de diversas sociedades, sem, porém, prescrever leis aos homens.

Jolivet comenta que a idéia fundamental dos moralistas positivistas foi fazer entrar a Moral no direito comum das ciências da natureza. É o que significam claramente as definições da Moral como "física dos costumes" ou "biologia dos costumes" que estão em Augsto Comte, Stuart Mill e Spencer, ou também arte (ou técnica) sociológica (Durkheim, Lévy-Bruhl). Para esses pensadores, a Moral ou Ética só pode ser resultado da experiência, que é a única que pode definir o que é bom e o que é mau para a espécie humana e formular as leis da prosperidade individual e social.

b) *O empirismo lógico-lingüístico.*

No interior do empirismo lógico-lingüístico se encontram diversas posições éticas: o hedonismo de Schilck, o intuicionismo di Moore, Prichard e Ross, o emotivismo ético di Ayer e Stenvenson, o prescritivismo di Hare, entre outras. Outros autores, como Russell, tiveram uma evolução complexa, passando de um intuitivismo ao emotivismo puro, e deste a uma combinação de elementos emotivistas com uma teoria do interesse e do desejo, etc. O que une tantas doutrinas é a aceitação do princípio empirista que reduz a consciência humana à experiência sensível. [15]

Os iniciadores da versão contemporânea da tradição empirista, negam a possibilidade de elaborar uma ética científica. A ética devia ser reduzida, segundo todos esses autores, mesmo com matizes diferentes, a uma lógica do raciocínio moral que definira as consciências morais, as relações entre elas e com conceitos não morais, e que estabeleceria o seu uso legítimo. Moore pensa que o bem, como qualidade simples e não natural, seja indefinível e por isso não haveria espaço para uma ética teórica. Russel afirma que as proposições éticas não podem ser funções de verdade das proposições empíricas.Wittgenstein afirma no *Tractatus*: "Não podem existir proposições éticas. As proposições não podem exprimir alguma coisa de mais alto. É claro que a ética não pode ser expressa. A ética é transcendental".[16] A tese filosófica que está por trás dessas expressões lógicas é a seguinte: os valores não podem residir no mundo, dado que se se encontrassem nele deixariam de ser valores para se tornarem simplesmente uma outra parte do mundo, ou seja, seriam fatos, e falar de fatos significa descrever e não avaliar.

---

[14] PUELLES, A. Millán, *Fundamentos de filosofia*, IV ediçao, Rialp, Madrid, 1969, p. 615.
[15] LUÑO, Angel Rodríguez, *Ética*, Le Monier, Firenze, 1992, p. 19.
[16] WITTGENSTEIN, L., *Tractatus Logico-Philosophicus*, n. 6.422, Einaudi, Torino, 1989, p. 169.

Já os emotivistas pensam que as proposições éticas não são significativas. Essas não correspondem a nenhum fato empírico, não dizem nada do mundo e, portanto, não podem ser nem verdadeiras nem falsas. Manifestam simplesmente uma reação emotiva pessoal de aprovação ou desaprovação. "Dizer roubar é coisa má", explica Ayer, não acrescenta nenhum conteúdo factual à proposição "foi realizado um furto", ou "foi realizado um FURTO", sinais que carecem de valor verídico ou adequado. O significado factual que se pode encontrar na linguagem moral não é, deste modo, originalmente ético, mas deve ser reconduzido à psicologia ou à sociologia, que darão razão do processo psíquico ou social que está na origem das avaliações. Schlick afirma explicitamente que a ética é uma parte da psicologia[17].

Deve-se mencionar também o atomismo lógico de Russel e do primeiro Wittgenstein. Essa corrente considera dotadas de sentido só as proposições que Hume[18] julgava dignas de crédito, ou seja, aquelas que exprimem relações lógicas ou matemáticas abstratas, e aquelas que podem ser verificadas na experiência sensível.

> Novamente se vê que o critério de verdade para essas correntes é o fato de poder avaliar EMPIRICAMENTE as proposições.

A observação do preconceito empirista, mais ou menos estrita, mas sempre determinante, está se tornando sempre mais objeto de reflexão e critica. São sempre mais numerosos os autores que pertencem a essa corrente, ou ao menos vizinhos a ela, que revelam a sua esterilidade.

Para dar um exemplo podemos citar Pieper[19]. Este observa que a análise linguística nos mostra como são empregadas as palavras e as expressões morais, mas é incapaz de pronunciar-se sobre o valor e sobre o fundamento dos seus valores. Kraft nota que a meta-ética inglesa considera as prescrições éticas na sua factibilidade, como fatos existentes, mas esquece totalmente o problema da sua validade.

c) *O problema da universalidade e singularidade da verdade moral.*

O problema que devemos examinar agora é o seguinte: Se a Ética é um saber científico, deve configurar-se como um conjunto de proposições universais necessariamente verdadeiras. Um saber desse tipo, nos perguntamos, pode ser verdadeiramente prático, isto é, pode orientar e dirigir eficazmente as decisões morais que a pessoa deve tomar em uma circunstância concreta, totalmente nova e irrepetível?

O núcleo desta objeção está no revelar a distância entre efetivamente subsiste entre o universal e o singular, entre o necessário e o contingente. Tal distancia constitui um problema para todas as ciências práticas, e não só para a ética, já que todas as ciências se servem de um modo ou de outro da abstração. Para dar um exemplo vejamos o caso da faculdade de medicina onde se aprende as doenças do homem e não as doenças em particular deste ou daquele homem. De fato, os médicos devem enfrentar problemas particulares como o da alergia que impede o uso de certos medicamentos para alguns pacientes. Isto evidentemente não anula a ciência geral que os alunos devem receber na faculdade de medicina. Situações semelhantes podem ocorrer no campo da ética.

---

[17] SCHLICK,M., *Problems of Ethics*, p. 29 ss. Vale a pena recordar a avaliação do emotivismo feita por MACINTYRE, A., em After Virtue, University of Notre Dame Press, Indiana, 1984.
[18] HUME, D., *An Enqquiry concerning the Human Understanding*, Selbu Bigge, II edição, 1970, p. 165.
[19] PIEPER, A., *Etica nalitica e libertà pratica, Il problema dell'etica come scienza autonoma*, Armando, Roma, 1976, p. 56.

A Ética estuda uma realidade enquanto essa deve ser dirigida da razão do ponto de vista do bem absoluto. A Ética se configura, portanto, como um saber intrinsecamente finalizado em direção racional da ação, e constitui um ponto de referência obrigatório para toda decisão que quer ser algo mais que simples arbítrio. Essa decisão é possível mesmo diante de realidades variáveis. São Tomás observa que as realidades singulares podem ser conhecidas não só na sua singularidade, mas também nas suas razões universais, pois as razões das coisas mutáveis são imóveis.[20] Por exemplo, o que pertence ao conceito de justiça não muda, mesmo se pode variar aquilo que em um caso concreto pode ser considerado levando em conta as circunstâncias[21].

O grau de praticidade da ciência ética não é sempre o mesmo. Quando se trata de ações que em virtude de seu significado constitutivo tem em si mesma uma conotação negativa, isto é, quando se trata de ações intrinsecamente más[22] a ciência moral não tem necessidade de outro auxilio se não a confirmação experimental que a ação examinada pertence verdadeiramente a esse tipo moral.

A Ética é um saber verdadeiramente prático, não o é, porém, em grau Máximo e tem necessidade de recorrer à prudência, da qual se distingue e com a qual mantém um conjunto de relações estreitas. Cabe a prudência, hábito intelectual e moral ao mesmo tempo, superar a distância entre o princípio universal e a ação moral concreta.

Nesse ponto é preciso chamar a atenção para a chamada *epichea* que é uma decisão que deve ser tomada em uma circunstância nova iluminada pela prudência, mas que não deve deixar de considerar os princípios da ciência moral.

Uma concepção inadequada das relações entre prudência e Ética é aquela de certas correntes de pensamento que não deixam espaço ao conhecimento moral universal, e que denominaremos "éticas da situação". No agir se obteria de vez em vez a justa síntese entre exigência moral universal e singularidade da situação, síntese cujo valor permaneceria rigorosamente circunscrito à situação concreta na qual surgiu. Assim a verdade e as normas morais seriam a generalização do que foi intuído nas diversas situações concretas, e não o reconhecimento de uma verdade universal encarnada no particular. Parece reconhecer um certo valor a de orientação à ciência moral, mas no momento da decisão essa deveria ceder à intuição, veículo originário do conhecimento moral. A verdade ética é singular, e só como tal é válida em modo absoluto.

Na verdade, na formação do juízo ou guia da prudência concorrem, junto ao saber, elementos de natureza afetiva (hábitos morais, afetos ou paixões).

> Se a ciência moral representa a retidão e o desenvolvimento crítico da razão, também a prudência pressupõe e representa a retidão da vontade e dos sentimentos.[23]

A passagem do plano ético (universal) ao da prudência (singular) não se realiza, portanto em um modo automático, nem pode ser concebido como uma operação puramente lógico- dedutiva. A importância do elemento afetivo não depende só do fato que para aplicar o saber é preciso querer aplicá-lo, mas também da necessidade de ver claro na situação singular aquilo que resultava evidente

[20] AQUINO, São Tomás de, in VI *Ethi.*, lect. 1, n. 1123.
[21] AQUINO, São Tomás de, in VI *Ethi.*, lect. 1, n. 1029.
[22] "Algumas ações não são licitas fazer nem mesmo se coagido, mesmo que se deva morrer mesmo suportando grandes males". ARISTOTELES, Ética a Nicomaco, II, 6, 1107.
[23] LUÑO, Angel Rodríguez, *Ética*, Le Monier, Firenze, 1992, p. 19.

na consideração universal, e por isso ocorre um conjunto de condições que Santo Agostinho chamava de "*ordo amoris*". Aristóteles acena a algo de muito semelhante quando explica o termo temperança *sophrosyne,* como *sozusan tèn phrónesin:* a salvaguarda da prudência. Sem temperança não existe prudência, porque é esta última o lugar por excelência onde se cruzam *éthos* e *lógos,* o modo de ser moral e o saber racional.

Questionário 1.

1. O que você entende por Ética?
2. Como a Ética se distingue do conhecimento moral espontâneo?
3. Como a Ética se distingue da Teologia Moral?
4. Distinga atos de homem de atos humanos. Quais são aqueles que são objeto material da Ética? Por que?
5. Qual é objeto formal da Ética? Explique.
6. Você concorda com a frase "de boas intenções o inferno está cheio"? Por que?
7. Por que se diz que a Ética é uma ciência prática, espontânea e normativa?
8. Como o positivismo lógico se opõe a Ética como ciência normativa?
9. Como o positivismo lógico linguístico nega a possibilidade da elaboração de uma Ética científica?
10. Porque a Ética é um saber verdadeiramente prático, mas não em grau máximo?

CAPITULO II – A CONSTITUIÇÃO DA ÉTICA COMO DISCIPLINA FILOSÓFICA.

1. Introdução.

A Ética filosófica e o conhecimento moral espontâneo têm um objeto quase idêntico, mas são duas disciplinas dotadas de estruturas e condições epistemológicas diferentes. Por isso a constituição da Ética como disciplina filosófica é um problema diferente daquele da formação da consciência moral espontânea.

O estatuto filosófico da Ética é um dos problemas mais complexos desta ciência e também um dos mais adaptados a suscitar mal-entendidos.

Uma primeira dificuldade, própria para toda ciência, está na estrutura reflexiva do problema metodológico. O método é a via que uma ciência percorre no seu desenvolvimento. O instinto moral da razão ajuda a descobrir progressivamente a via que melhor se adapta ao objeto de estudo. Distanciar o olhar do objeto para fazê-lo cair sobre si mesmo é sempre uma empresa difícil para a razão, sobretudo quando não se está ainda familiarizado com os problemas éticos "de primeira intenção". Um outro problema de caráter geral é o da ambiguidade dos termos da metodologia filosófica. Vocábulos como "experiência", "indução", "dedução", etc. mudam de significado conforme o contexto filosófico geral no qual são utilizados. Basta pensar no conteúdo diferente que o termo "experiência" tem em Aristóteles e no positivismo. Neste último, experiência é somente aquela que pode ser mensurada empiricamente.

No que diz respeito à Ética, um sério motivo de dificuldade consiste no diferente nível no qual os vários autores põem o problema metodológico. Se falarmos de "ética empírica" ou de "ética fundada na metafísica", estamos discutindo o ponto de partida da Ética, o modo de introduzir o seu estudo, o modo de obter a última justificação filosófica, ou ao modo de resolver novos problemas éticos (desenvolvimento da ciência moral). O significado real da expressão muda completamente,

dado que isso depende do nível no qual o autor se põe quando fala, por exemplo, de "ética empírica". Basta consultar um certo número de publicações, para descobrir polêmicas metodológicas entre autores que na realidade sustentam posições, quase idênticas. Por isso é importante estudar o ponto de partida da Ética, a interpretação e o fundamento filosófico da vida moral e os aspectos mais propriamente metodológicos da ciência ética e de seu desenvolvimento.

De todo modo, a dificuldade mais grave reside talvez no fato que o método de uma ciência depende estreitamente da natureza do seu objeto, e por isso os diversos modos de considerar o objeto da ética dão lugar a muitas maneiras de conceber as suas bases filosóficas e o seu método. A amplitude do problema não nos permite de tratar o assunto de modo exaustivo, mas procuraremos obter a justificação inicial do nosso modo de proceder, que se esclarecerá sempre mais durante a exposição do curso.

2. O ponto de partida da reflexão ética: a experiência moral.

A ética tem um ponto de partida experimental próprio. O ponto de partida da ética é a experiência de seu objeto: a experiência da moral e a experiência moral. Como já foi dito, o fenômeno moral, antes de ser objeto da reflexão filosófica é uma realidade conscientemente vivida pelo homem. O problema moral se põe por si mesmo, porque o homem é um ser moral.

Falamos de experiência da moral e de experiência moral[24]. Falando de experiência da moral se faz referência às realidades morais ou ligadas às morais (fenômenos espirituais exteriorizados, instituições, raciocínios morais, etc.) colhidos pela observação externa. Estas realidades são suficientes para iniciar um estudo psicológico ou sociológico da moralidade, porém seriam insuficientes para a ética se não se desse também uma experiência moral. Esta consiste na atividade espontânea com a qual a nossa razão prática dirige as ações voluntárias do ponto de vista do bem absoluto. É a experiência da deliberação moral, não qual intervém convicções éticas pré-científicas de caráter universal e de caráter particular, conhecimentos ao redor da virtude e conhecimentos ao redor das ações e às suas consequências; é também a experiência do senso de dever e da consciência da satisfação ou da culpa, etc.

Deve-se fazer uma observação importante: a consciência moral comum é sujeita a condições históricas, sociais, educativas, ideológicas e filosóficas (determinantes concepções do homem ou do mundo) que podem deformar os conteúdos e o sentido mesmo de uma ação moral, também nos "casos limites" o seu manifestar, mesmo se permanece sempre alguma coisa do significado genuíno da experiência moral, pode levar a essa deformação.

O papel da experiência moral na metodologia ética é, portanto, extremamente complexo. Se a experiência moral é a fonte irrenunciável da reflexão ética, a experiência é também fonte de ilusões e de erros, não porque seja enganosa em si mesma, mas pelos pré-conceitos pessoais, sociais, ideológicos, etc., que muitas vezes torcem e forçam a interpretação experiência moral. Esses erros devem ser corrigidos pela Ética, mas esta não dispõe de outros meios para agir que não seja uma melhor leitura da experiência mesma à luz dos primeiros princípios práticos, que estão no interno da experiência moral como parte constitutiva. Entre a experiência moral e a reflexão ética se estabelece assim um círculo, não vicioso, mas vital, ou seja, um ir e vir que permite superar os erros e de hierarquizar devidamente os diversos pontos de vista.

---

[24] WOITYLA, Karol, *Il problema dell'esperienza nell'etica*, in *I fondamenti dell'ordine etico*, CSIO, Bologna, 1980, pp. 15-36.

Dizer que a ética filosófica não faz outra coisa que justificar ou precisar o que já é dado por certo sobre o plano prático-normativo, não significa fazer uma crítica a filosofia moral. Isto quer dizer apenas que a Ética é consciente dos seus pressupostos pré-científicos. Deve-se notar que a experiência moral, exatamente porque é ponto de partida da Ética, não esgota esta última (não se pode admitir uma espécie de positivismo da experiência ou da vivência moral): compete a reflexão ética a interpretação e a fundação filosófica dos conteúdos de experiência ética e do sentido mesmo da experiência moral.

3. Interpretação e fundação filosófica da moral.

Se a moral vivida e experimentada (experiência moral) constitui o ponto de partida da reflexão ética, a articulação sistemática dessa reflexão a partir de uma base filosófica de ordem geral (interpretação e fundação filosófica da moral) é o momento no qual se decide definitivamente a sorte da ética filosófica.

Os fatos morais são os mesmos para todos: a sua interpretação filosófica, porém, é muito diferente. Nesse sentido, pensamos somente em soluções particulares dadas aos problemas especificamente éticos (conceito de bem moral, natureza e número das virtudes, aceitação ou rejeição de determinadas normas morais, etc.), mas sim na base filosófica de ordem geral à luz da qual estes problemas são submetidos e resolvidos, diferenciando os diversos sistemas ético-filosóficos. A diferença mais profunda entre os diversos modos de fundar filosoficamente a vida moral está, então na ideia mesma de fundação filosófica, isto é, na resposta que se dá à seguinte pergunta: o que significa fundar filosoficamente um fato, se trata de um fato físico ou um fato moral? A nossa tese é que a ética pode ser elaborada em modo adequado somente baseando-se sobre a filosofia do ser, e o nosso objetivo imediato será aquele de explicar quais são as características dessa base, e no que se distingue das teorias filosóficas que tem dado lugar às fundações empiristas, transcendentais e fenomenológicas da moral.

3.1. A fundação empirista.

Podemos tratar brevemente a fundação empirista, porque já conhecemos as suas principais consequências para a ética. O empirismo exclui tudo o que não é dado inteiramente e em modo direto pelos sentidos. Partindo de tal tese, dizíamos, não parece possível fundar racionalmente princípios éticos ou virtudes de validade universal ou absoluta, e, portanto, a ética teórica é reduzida ao estudo da lógica do raciocínio ou da linguagem moral.

Não obstante, que se fale e se escreva de uma "fundação filosófica empirista da ética", expressão que se pode compreender somente se não esquecemos que por fundação empirista filosófica frequentemente significa analisar, pois o método empirista é análise, no empirismo clássico a análise é psicológica, hoje, sobretudo é linguística.

A filosofia analítica atual é uma filosofia linguística, o que não significa filosofia da linguagem[25]. Nela se podem distinguir três períodos o do atomismo lógico (Hume), o do neo-

[25] Searle distingue entre filosofia linguística e filosofia da linguagem. Filosofia linguística tenta resolver problemas de filosofia considerando o uso de palavras particulares e outros elementos da linguagem. A filosofia da linguagem é a tentativa de oferecer as descrições filosoficamente iluminadas sobre certas características da linguagem.[25] SEARLE, J., *Actos e habla*, Cátedra, Madrid, 1980, p. 13-14.

positivismo lógico (Círculo de Viena) e o da análise da linguagem ordinária (Wittgenstein). A diferença está no modo diferente de explicar como a linguagem significa o mundo.

O interesse com a linguagem é que ela poderia esconder algo de incontrolável. O problema que o empirismo coloca é: tanto na linguagem ordinária quanto na linguagem científica, usamos conceitos (alma, bem, etc.) e quando falamos de relações (causalidade, finalidade) não há correspondência precisa às sensações. Para esse sistema seria apenas um modo cômodo de referir-se a um conjunto de experiências sensíveis.

Analisar, portanto, seria reconduzir estas palavras à experiência sensível das quais procedem e que constituem a verdade. Para dar um exemplo podemos citar uma expressão: "A época moderna é materialista". Depois de uma análise se deveria conduzir o universal "época" ao singular "pessoas". Assim a expressão corrigida seria: "Existem muitas pessoas atualmente vivas que tem convicções materialistas, enquanto são poucas, ou nenhuma, também vivas, que não tem convicções materialistas". Outro exemplo seria: "o homem é mortal". Seria analisada e reconduzida a expressão: "todos os homens que conhecemos até agora morreram".

Essa analise se torna particularmente problemática no caso das proposições morais. Por exemplo: "O aborto é sempre moralmente mal". A que fato sensível se pode reconduzir o "ser moralmente mal"? Os empiristas propuseram as seguintes soluções:

1) Para o positivismo teológico de Ockham ou vontade do Estado no positivismo jurídico (fundação voluntarista da moral) a obrigação moral será sempre externa ao homem. A vontade de Deus não tem nenhuma ligação com a natureza humana e com o bem da pessoa.

2) Para o psicologismo ético estas formulações concretas obedecem aos mecanismos psicológicos que tem como tendência mais profunda o bem-estar individual, ou social se entra em jogo o sentimento da simpatia. Contudo, o bem-estar social ou individual, são vistos como presença de prazer e ausência de dor. Ser moralmente mal dependeria desses interesses.

3) Para o emotivismo ético não há fundamento racional para a moral. A obrigação moral, se se admite, receberá na prática uma função utilitarista.

4) Para o utilitarismo se perde o caráter específico de bem e mal morais, isto é, o do mal próprio do homem enquanto é um ser espiritual e livre. Não é possível fundar de modo adequado a obrigação moral, seja porque o desejo de felicidade é visto como um simples fato psicológico ou natural que não admite uma explicação posterior, nem de tipo transcendente, seja porque a ideia de felicidade do utilitarista é uma ideia não moral de felicidade, no máximo de prazer e ausência de dor. Forma-se assim uma moral relativista na qual a ideia de felicidade será baseada naquilo que dá prazer a todos, o que interessa a todos. Uma moral assim concebida exclui as existências de normas éticas e de valores absolutos e universais. Contra isso objetou Kant afirmando que a felicidade é o princípio pelo qual a vontade deve mover-se.

3.2. A fundação sobre a base filosófica do ser e a fundação transcendental.

A filosofia transcendental tem início com Kant e terá seguidores na reflexão filosófica como também no saber teológico com Rahner. Já a filosofia do ser é aquela comumente conhecida como realismo filosófico. Seu representante mais significativo é São Tomás de Aquino.

a) Dois pontos de partida análogos.

Fundar uma realidade significa fazer presente seu fundamento. O que nos interessa aqui é a vida ou a experiência moral. Para Kant essa experiência é a necessidade prática e absoluta de responder à situação na qual se encontra aqui e agora com uma certa ação. Por exemplo se passo por uma estrada e vejo uma pessoa ferida em um acidente de automóvel e assim sinto uma chamada categórica para ajudá-la, independente se me interesso ou me sinto incomodado. Tal necessidade prática é o que Kant chama de dever. São Tomás preferia descrever o fato moral, que deve ser explicado filosoficamente, com as seguintes palavras de São Paulo: "Quando os pagãos que não tem a lei, por natureza agem em conformidade à Lei, apesar de não ter a Lei são lei para si mesmos; portanto os ditames da Lei estão escritos no seu coração: Estes dão testemunho à consciência deles e seus juízos que ora lhe acusam e ora lhes defendem"[26]. O que deve ser explicado aqui são os juízos formulados espontaneamente pela razão humana, os quais qualificam moralmente as nossas ações.

b) As impostações filosóficas realista e transcendental.

Sobre o plano filosófico o fundamento é o ser: por isso toda fundação filosófica, ao menos se é realista, percorre de um modo ou de outro o caminho do ser. O problema, como já havia notado Aristóteles, é o que o ser se diz de muitos modos. Para o nosso caso basta recordar a observação tomista que o ser significa de uma parte o ato de ser (*actus essendi*): é o ser *ut actus* ou, se preferimos, o ser como ato existencial ou de realidade; de outra parte, ser significa também a composição de sujeito e predicado realizada pela mente, isto é a verdade da composição atualizada pelo pensamento: é o ser ut *verum*, como verdade ou, como linguagem mais atual, o ser verdadeiro (veritativo). [27] A diferença fundamental entre filosofia do ser e filosofia transcendental é essa: a primeira respeita, no processo de fundação, a inteira amplitude semântica do ser, distinguindo os seus dois significados e a sua articulação, ou seja, o ser real é o fundamento do ser como verdade. Já a filosofia transcendental restringe a semântica do ser, considerando este último somente como verdade, isto é, na sua presença diante ao sujeito cognoscitivo enquanto tal.

Para a filosofia do ser, fundar filosoficamente um fato de experiência (o fato moral) significa explicar a realidade (a existência) de tal fato através a sua realidade ou existência. Trata-se de reconhecer que a coisa tem existência "*extra mentem*": é preciso explicar fundamentalmente porque é assim, e não porque eu posso conhecê-lo. A filosofia do ser não esquece da a existência "*intra mentem*" das coisas, mas uma é ser como ato existencial (*actus essendi*) e outra é ser como verdade (*verum*) ou, se preferirmos, o ser enquanto conhecido, a inteligência humana vai intencionalmente ao ser real.

A filosofia do ser sustenta ainda que, também se todo ser é verdadeiro, ter existência extra mental e ser conhecido, são condições que não implicam o mesmo ato nem o mesmo fundamento. Uma coisa é ato de ser enquanto real outra é ser conhecido. O ato de ser enquanto conhecido é aquele que provém da atividade cognoscitiva e o seu fundamento é a capacidade da inteligência de mensurar-se intencionalmente a todo o real, para a qual dizemos que o ser é verdadeiro. O ato do conhecido enquanto conhecido vem da operação cognoscitiva, e não do ato de ser, e nesse sentido se sustenta que o ser não equivale ao ser percebido, contrariamente a quanto se afirma no idealismo gnosiológico di Berkeley: o ato pelo qual alguma coisa existe é de fato diferente do ato pelo qual alguma coisa é percebida.

Ora, na filosofia do ser o processo de fundação segue a linha das causas sobre o plano do ser real, e assim atinge em últimos termos a Deus Criador, Causa primeira do ser seja dos entes da

[26] Romanos 2, 14-15.
[27] AQUINO, São Tomás de, in *Suma Teológica I*, q. 3, a 4, ad 2.

natureza, que agem segundo o determinismo das causas físicas, seja das realidades espirituais, que agem livremente. Naturalmente não existe uma mesma medida entre os seres espirituais e aquele que não são espirituais. Tudo isso nos faz ver o valor da antropologia que nos fala de uma originalidade no ato de conhecer humano.

A filosofia transcendental, ao contrário se concentra somente no ser como verdade, sobre o ser enquanto presente à consciência capaz de conhecer. A filosofia de Kant se propõe a explicar o "ser conhecido" das coisas, não a sua existência real.

O papel que a reflexão transcendental dá a si mesma consiste, portanto, no explicar as condições de possibilidade do "ser objeto-conhecido" enquanto presente à consciência que pode conhecer. Se trata de explicar quais são as estruturas do espírito que fazem possível o saber. O método transcendental é uma reflexão sobre estruturas subjetivas de possibilidade da manifestação do objeto (natural e moral) à consciência (consciência científica a consciência moral). A fundação transcendental procura individuar as estruturas do espírito que explicam o objeto enquanto presente, isto é que explicam a presença do objeto à consciência. A fundação transcendental não quer explicar a existência do objeto, mas a possibilidade do nosso saber de conhecê-lo; se preferirmos: a existência da coisa para mim. Somente esta "existência para mim", é o que interessa, também se a existência real (a coisa em si) não é negada.

Em teoria parece legítimo querer explicar o ente enquanto conhecido em termos de operação cognoscitiva, pois é o que corresponde adequadamente à distinção entre ato de ser e ato de conhecer. *O problema surge quando a fundação gnosiológica se transforma sem dúvida na única fundação filosófica, porque então se esta afirmando implicitamente que o "ser conhecido"* (ser objeto do conhecimento) é o único ser. Se pressupõe, portanto, uma identidade entre ser, conhecer e ser conhecido.

c) Algumas consequências ético-antropológicas.

Na filosofia transcendental existe a impossibilidade de falar do espírito humano e dos fenômenos morais em termos de natureza. A inteligibilidade do mundo físico é um produto das ciências físicas, um produto do espírito humano. Este último não é criador da materialidade das coisas, e, todavia, confere a esta materialidade o significado inteligível, pensando-a segundo a forma e os conceitos *a priori*.

Está também presente um dualismo entre natureza e espírito ou entre natureza e pessoa. Esse dualismo faz impossível ou, ao menos, muito difícil a elaboração de uma antropologia unitária, cuja importância na ética é fundamental. Para a filosofia transcendental faltará falar de uma "lei moral natural".

d) Por que o método transcendental?

A filosofia transcendental representa a resposta de Kant ao idealismo gnosiológico e ao cientismo teórico no qual terminou, especialmente com Berkeley e Hume, a interpretação empirista da realidade. O ponto de força da tradição empirista é a constatação que as noções universais e os conceitos de relação – causalidade, por exemplo – utilizados amplamente pelas ciências não são dados diretamente pelos sentidos (como vimos só há validade para ciência no que é dado diretamente pelos sentidos). Desta afirmação se passava a afirmar que tudo aquilo que não é dado da experiência sensível não é real, mas resultado de um hábito mental (*custom*) fundado subjetivamente nas leis de associação psicológica que unem e conectam as sensações.

Não se admite assim, que o espírito, elaborando as noções complexas, tenha a sua medida intencionalmente na realidade.

O preço pago por Kant na sua operação de resgate do saber científico, é o idealismo transcendental (o conhecimento dos fenômenos não poderá ser considerado com rigor uma medida intencional com o ser real das coisas) e a impossibilidade de um saber científico sobre realidades inacessíveis à observação sensível. Por essa última razão a teologia natural torna-se impossível para Kant, isto é, o conhecimento racional de Deus, que para ética clássica tem grande importância. São possíveis, no entanto as ciências da natureza que são elaboradas com o material oferecido pelos sentidos com adequação aos conceitos a priori, sobretudo aquele de causalidade, já que a ciência é um saber através as causas, uma explicação causal.

e) O fundamento último.

A filosofia do ser desenvolve o processo de fundação percorrendo as vias da causalidade e da participação, vias que dão razão do ser como ato existencial das coisas (*actus essendi*), até chegar a Deus Criador. A verdade da Criação é o vértice da metafísica e o início da teologia natural; a ética considera tal verdade como já estabelecida por estas duas ciências.

Recordamos que é possível não tomar a fundação ética na linha do ser real, como faz a filosofia transcendental, mas nesse caso temos apenas duas alternativas: ou a eternidade auto subsistente da matéria, a qual a evolução casual teria dado lugar ao que agora vemos, ou a ação criadora de um ser inteligente. A primeira não consegue oferecer uma explicação, e nos condena a viver em um mundo sem sentido, aonde o acaso é tudo enquanto a razão e o amor não são nada. A filosofia do ser considera verdadeira a segunda possibilidade, e o que comportará a nível ético o que a capacidade do homem de regular moralmente a própria conduta será explicada, *em último termo*, com a participação do ser racional, criado a imagem e semelhança de Deus, submetido à ordem e ao projeto finalizador da inteligência criadora.

A razão humana é prática (moral) por participação, e esta participação na ordem, lugar da inteligência criadora se chama "lei moral natural". O nexo de participação natural entre inteligência humana e inteligência divina se estabelece fundamentalmente através dois canais: os primeiros princípios morais colhidos por um hábito intelectual chamado sinderesi; b) a natureza da pessoa humana, na sua totalidade psicofísica, que é regulada pela inteligência criadora, e como consequência dotada de racionalidade moral e de indicações normativas, que a razão humana deve descobrir com cuidado, porque a racionalidade moral não pode ser sempre estabelecida de modo direto e automático a partir da racionalidade como a ciência positiva (biologia, psicologia, etc.).

O que Deus quis com a criação não é só o que a pessoa já é, mas a completa realização do destino pessoal, isto é a plenitude da pessoa que chegou a infinita aspiração do conhecimento e do amor posto nesta pelo ato criador. Deste modo a pessoa humana na sua qualidade de imagem, é chamada a ser participante da obra da criação. Tal participação é comunicação limitada, mas real de quanto é mais do próprio Deus e da sua excelência – o ser livremente criador – e por isso constitui um fim, o do o valor determina o plano moral da existência humana.

É particularmente importante entender que a finalização divina é intrínseca ao ato criador, ou seja, Deus quando cria já estabelece o fim último da criatura. Na realidade criar e finalizar se identificam em Deus. O que no Criador é uma finalização intencional, na criatura é uma finalidade interna e estrutural. O fim não pode, portanto, ser definido independentemente das ações através das quais se alcança ou se realiza (o fim humano não pode ser definido independentemente da virtude), porque tal fim é o termo interno do exercício virtuoso da liberdade, de modo semelhante

como a caça é o fim do caçador só enquanto caçada, isto é, em quanto obtida através da caça, e não de outro modo.

Se observarmos a reflexão transcendental, vemos que desenvolve coerentemente a sua impostação inicial, vê a condição última de possibilidade da moralidade numa estrutura particular do espírito. É a estrutura que Kant designa como autonomia da vontade, e que consiste no fato que a razão humana é *imediatamente* pratica (pratica enquanto razão pura, sem a mediação da abertura ao ser e ao próprio fundamento), sendo tal capacidade prática sem ser participada e completamente sem ser causada. A reflexão transcendental não pode ir além. Do inteligível não se pode dar explicação causal (significaria introduzi-lo no determinismo das causas naturais e, portanto, fazer desaparecer a liberdade e a moralidade), e à pergunta sobre o porquê a razão prática seja prática não se pode dar resposta. A moralidade (a consciência do dever) é um fato, um *factum razionis*, e a sua única explicação possível é, segundo Kant, a autonomia da vontade, isto é a capacidade da razão causar a conduta independentemente das causas naturais e psicológicas. A causa pela qual isto acontece não pode ser compreendida pelo homem. A análise kantiana da moralidade chega a postular a existência de Deus, o qual realizaria a conciliação final entre a ordem da moralidade e a ordem da felicidade natural (conciliação entre virtude e prazer); mas a ordem moral (conteúdo, caráter de obrigatoriedade, motivações morais) é totalmente independente de toda ideia ou representação de Deus (autonomia moral). O resíduo de metafísica admitida por Kant (os três postulados da razão prática) são o termo no qual se alcança através da ética, não o seu fundamento metafísico.

3.3.Principais aspectos da metodologia ética.

No comentário à Ética a Nicômaco, São Tomás vê o método da ética, enquanto ciência prática, na composição. Esta consiste na iluminação das realidades e das situações particulares e complexas através da aplicação dos princípios éticos mais simples e universais: não se trata de um processo lógico-dedutivo, pois compreende também a ascensão dos conhecimentos experimentais, a experiência do passado, etc.[28] Refletindo sobre o que fazemos quando pesquisamos a solução de um novo problema ético, por exemplo, diante de uma nova descoberta da medicina, nos damos conta de querer individuar dos os princípios todos quais é preciso valer-se e depois de querer compreender o significado ético de tal prática a luz de tais princípios. Frequentemente é necessário harmonizar diversos princípios que possam também aparecer em conflito e dar conta dos diversos dados de fato. Contudo o nosso guizo ético será sempre legítimo se está fundado sobre princípios justos e razoáveis. Quem quisesse justificar um comportamento que instrumentaliza os valores pessoais, sustentando que tal comportamento resulta útil o que satisfaz um desejo subjetivo, poderá estar certo de não ter chegado a nenhuma justificação ética a seu favor.

No comentário citado de São Tomás à Ética de Nicômaco, o autor sustenta que a ética deve proceder "figuraliter" ou "verisimiliter". Isto significa que o raciocínio ético se dirige a homens livres, que sentem seja a atração do bem, seja a atração daquilo que parece como bem (bem aparente). O raciocínio ético não deve só ser objetivamente válido, mas deve parecer válido[29]; deve ser persuasivo. Isso exige uma fina sensibilidade para as condições subjetivas de quem escuta, e constitui sem dúvida um desafio para quem cultiva a ciência moral. Não se deve esquecer que uma norma ética, exprime a verdade sobre o bem da pessoa e tem valor por si mesma e não em virtude com um acordo com os nossos interlocutores. É possível e desejável uma pesquisa coletiva da verdade, mas querer fundar sobre o consenso coletivo normas validas

---

[28] Cfr. AQUINO, São Tomás de, in *I Ética*, lect. II., n. 35.
[29] Marco Antonio

em si mesmas é um projeto contraditório: as normas éticas ou tem valor em si o por si mesmas (para as suas verdades) ou tem valor em virtude do recíproco acordo. A ética procura a verdade e não só a persuasão. A persuasão sozinha é objeto da retórica.

3.4. Falsas concepções acerca da moral em âmbito teológico.

3.4.1. Moral de atitudes[30].

Essa corrente afirma que "o importante é a atitude que habitualmente o homem tem para com Deus, e não os seus atos isolados". Para essa corrente o que é realmente necessário é que o homem faça uma opção fundamental de compromisso de Fé e amor a Deus. "Os atos singulares não têm relevância, e não há distinção entre pecado mortal e venial. O cristianismo não é uma moral, segundo eles, mas uma doutrina de salvação. Assim "se a opção fundamental é Cristo, não se deve dar importância às obras concretas que se pratiquem.

O erro fundamental dessa doutrina consiste em esquecer que a liberdade do homem é a liberdade limitada de uma criatura ferida pelo Pecado Original mergulhada no tempo e no espaço. Por isso não decide realmente por Deus em um só ato ou em uma opção fundamental, mas sim ao longo da vida. Essa doutrina foi defendida sobretudo por Marciano Vidal e condenada pelo Vaticano. Vejam o artigo abaixo[31].

> Vaticano censura obra de teólogo espanhol
>
> PAULO DANIEL FARAH
> DA REDAÇÃO
>
> Em questões de moral, a Congregação para a Doutrina da Fé, a voz da ortodoxia católica, presidida pelo cardeal Joseph Ratzinger, não aceita inovações. O teólogo espanhol Marciano Vidal García, ex-diretor do Instituto Superior de Ciências Morais de Madri e professor de teologia moral da Universidade Pontifícia de Comillas, terá de reelaborar seus escritos, determinou o Vaticano.
> "A disponibilidade manifestada pelo autor em corrigir os erros e as ambiguidades que se apresentam em alguns de seus escritos se concretizou, finalmente, para a satisfação de todos, na aceitação de reelaborar em especial a obra intitulada "Moral de Atitudes", sob a supervisão desta Comissão Pastoral", diz um dos parágrafos do comunicado emitido na semana passada pela Comissão Episcopal para a Doutrina da Fé.
> "De seus numerosos escritos, apenas alguns deverão ser reelaborados, segundo o próprio autor se comprometeu a fazer", afirma a comissão que zela pela ortodoxia católica na Espanha.
> Redentorista, Vidal García, 64, é um dos teólogos mais prolíficos da Espanha, cuja obra é estudada em diversos países de maioria católica, incluindo o Brasil. Vidal pertenceu à Associação dos Teólogos João 23, de caráter progressista, mas a abandonou para evitar conflitos com a Santa Sé.
> Sobre a masturbação, por exemplo, o teólogo diz que "a avaliação moral cristã não pode continuar a se apoiar no esquema de uma antropologia sexual pré-científica já ultrapassada"
> Vidal afirma que "os teólogos dos séculos 12 e 13 condenam a masturbação como um ato que vai contra a finalidade própria outorgada por Deus ao sêmen humano". "Desperdiçá-lo inutilmente é ir contra a própria natureza", diz ele. Para Vidal, "não é de admirar que se fundasse a imoralidade da masturbação em razões e argumentos que atualmente carecem de valor científico"
> A respeito do homossexualismo, Vidal alega que "não cabe à reflexão moral criar

[30] SADA E MONROY, *Curso de Teologia Moral,* Rei dos Livros, Lisboa, 1989.
[31] https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2105200104.htm

instâncias -que seriam fictícias- de juízo absolutório ou condenatório". Segundo ele, "a tarefa é a de iluminar as pistas de uma autêntica realização humana, partindo da condição homossexual"

Em seu "Dicionário de Moral", diz: "Como entender então a homossexualidade? Nem como doença nem como simples variante da sexualidade, mas como a condição sexual -não doença- de uma pessoa que parou no processo de diferenciação... A condição sexual não inclui, per si, nenhum traço de patologia somática ou psíquica".

Os métodos contraceptivos, para o teólogo espanhol, "não podem ser considerados meios lícitos para controlar a natalidade, mas são moralmente aceitáveis em situação de notável gravidade quando é impossível recorrer a outros meios".

Ao divulgar os resultados do processo a que foi submetida a obra de Vidal desde 1997, o Vaticano emitiu um comunicado marcado por acusações de "ambiguidades" e "erros".

Ideologicamente conservador, o papa João Paulo 2º, que completou 81 anos na sexta e ressaltou a "santidade do casamento", disse que a igreja não aprova relações sexuais antes do casamento e que o sexo deve ter fim reprodutivo.

3.4.2. Moral de situação[32].

"A bondade ou a malícia da ação não é dada por uma lei universal e imutável, mas é determinada pela situação em que o indivíduo se encontre". Pretende-se, pois, fazer do estado anímico ou circunstancia a moralidade da ação.

Neste erro se cai quando se usam expressões como: "para você, agora, isso não é pecado". Contra esse desvio, a doutrina católica ensina desde sempre que a primeira razão de ser da moralidade é dada pela própria ação. Há ações graves e ilícitas, fora de situações limite de qualquer natureza. Mais ainda, pode haver circunstâncias em que o homem tenha obrigação de sacrificar tudo, incluindo a mesma vida, para salvar a alma. O artigo abaixo pode ajudar a esclarecer.

La moral de situación, que había sido condenada por Pío XII por ser relativista y anticristiana, pretende ahora resucitar de manos de ciertos moralistas y miembros del episcopado que andan muy lejos de la Moral católica tradicional. Cuando en la actualidad se nos quiere hacer creer que el adulterio puede ser justificado bajo ciertas condiciones, y que el adúltero puede acceder al sacramento de la Eucaristía, no es sino un nuevo intento de dar vida a una moral que está en las antípodas de los principios cristianos del bien y del mal y que no hace otra cosa que anteponer la soberbia del hombre a las leyes de Dios.

Al hablar de ética o moral de situación conviene distinguir entre dos manifestaciones diferentes, aunque muy ligadas entre sí: de una parte, una especie de existencialismo ético, que exagera el valor de la situación, de las circunstancias en el obrar moral; de otra, la negación de toda norma moral objetiva que hace del "amor" la única regla moral en cada circunstancia concreta. La primera fue analizada y criticada por Pío XII en un discurso del 18 abril 1952; la segunda, continuación de aquélla, es la que está presente en la llamada teología de la secularización.[33]

3.4.3. A "Nova Moral".

Alguns autores consideram que a Moral tem como fim "a realização do homem", e parece que esqueceram ou não tem em conta que tal realização só é possível na plena e livre identificação da vontade do homem, por amor, com a Vontade divina. Para eles, o homem só existiria no seu desenrolar histórico, ou seja, em evolução contínua. Por isso negam a lei natural, isto é, objetiva,

[32] SADA E MONROY, *Curso de Teologia Moral*, Rei dos Livros, Lisboa, 1989.
[33] https://adelantelafe.com/la-moral-situacion-una-moral-anticristiana/

que qualificam como Moral fechada, à qual contrapõe uma Moral aberta, dependente da Psicologia, da Sociologia, da Biologia, etc. Essa Nova Moral fabricará as suas normas concretas segundo circunstâncias de lugar e tempo: se um preceito impede, num caso de felicidade de um homem, e se o seu descumprimento não traz prejuízo a ninguém, desprezar essa norma não apenas não será pecado, mas será até ato virtuoso. Isso se aplicou sobretudo a pecados contra o sexto e o nono mandamento.

Essa forma de pensar nega a natureza humana imutável criada por Deus com características próprias, desde o primeiro ao último homem. Vê-se que consideram as normas morais como obstáculos ao exercício da liberdade, quando na verdade é o contrário. Os mandamentos, por exemplos, não são obstáculos à vida moral, mas um roteiro que ajuda a encontrar o bem do homem.

Questionário 2.

1. A experiência moral é o ponto de partida da reflexão moral, contudo a consciência moral é sujeita a condicionamentos históricos e sociais. Então como fundar uma metodologia para a Ética?
2. O que dizer da fundação empirista da moral?
3. O que é a impostação filosófica realista?
4. O que é a impostação filosófica transcendental?
5. Quais são as consequências ético-antropológicas de uma impostação ética transcendental?
6. Qual o fundamento último da moral? Como chegar a ele?
7. Por que a ética procura a verdade e não só a persuasão?
8. O que dizer da Moral de atitudes?
9. Há de fato uma Moral de situação? Explique.
10. Por que a Nova moral nega a natureza humana?

CAPITULO III – RELAÇÃO DA ÉTICA COM OUTRAS DISCIPLINAS

1. Ética e psicologia

Entre Ética e psicologia experimental (psicologia como ciência positiva) existem relações estreitas. A psicologia estuda as faculdades humanas e as suas operações junto às condições e aos movimentos que explicam o seu funcionamento. Muitas das realidades estudadas pela psicologia experimental são objeto da ética como ações livres, os hábitos, os sentimentos, as tendências, etc. Do mesmo modo, os fenômenos morais tais como remorso, conversão, etc. são aplicados na psicologia. Assim a Ética pressupõe a psicologia, enquanto pressupõe aqueles conhecimentos que só a psicologia pode oferecer de modo científico. Basta pensar, por exemplo, na influência da afetividade sobre a ação livre do homem, ou ainda, nos condicionamentos psicológicos, ao menos patológicos, dos quais pode ser sujeito o comportamento humano.

É preciso deixar claro, porém, que a Ética e a psicologia têm objetos formais diferentes. A psicologia estuda a natureza e a origem dos atos livres do ponto de vista das suas leis naturais, em relação às quais se fala de saúde ou doença, equilíbrio ou desequilíbrio. A psicologia é fundamentalmente uma ciência descritiva, que explica alguns atos mediante outros, também conceitos como saúde ou doença, normal ou anormal, etc., implicam em uma certa atividade e avaliação e juízo. Já a Ética estuda as ações livres enquanto prescritas por uma ordem razoável através de éticas, segundo a qual essas ações são boas ou más. Por essa diferença de objetos formais, não seria lícito à psicologia procurar dominar e absorver a ética (diversas formas de psicologismo), reduzindo a legalidade moral àquela psicológica (procurando compreender o bem moral sob a linha

da saúde psíquica e o pecado naquela do desequilíbrio). O psicologismo tende a sustentar que os fenômenos morais não têm outra entidade senão a dos sentimentos, reações psíquicas de apreço, resposta a determinados estímulos, etc. As interpretações psicologistas acabam facilmente com o negar a originalidade dos fatos morais, explicados frequentemente como interiorizações de instancias externas (da figura paterna, das normas sociais, etc.).

A relação intima existente entre psicologia e Ética torna possivel uma frutuosa colaboração, mas pode também ser ocasião de problemas e mal-entendidos para ambas. Estabelecendo critérios normativos, a Ética deve prestar atenção a quanto a psicologia diz a respeito do ser do homem. O moralista não pode ignorar, por exemplo, os influxos das paixões, de forças e mecanismos inconscientes, do cansaço e de certas reações psíquicas diante dos ideais éticos e diante de outros elementos como idade, sexo. Ignorar estes fatores significaria formular uma ética abstrata e desencarnada, como tende a ser a ética kantiana do dever para o dever. Aqui está a importância, de outra parte, que a psicologia ofereça dados certos e precisos à Ética.

As relações entre Ética e psicologia põem em prática não poucos problemas. Isto é devido entre outras coisas à tendência da psicologia de transformar-se in meta psicologia, isto é, em teoria explicativa geral de caráter filosófico ou antropológico. Ocorre que boa parte das anomalias psíquicas não são explicáveis, ao menos no estado atual da ciência psiquiátrica, como uma simples desordem orgânica, e muito menos o tratamento farmacológico resolve todos os problemas, se propõem diversas interpretações teóricas ligadas, numa maior ou menor medida, a um procedimento terapêutico. A formulação dessas interpretações obedece em boa parte a uma concepção filosófica, de acordo com a qual são organizadas, completadas e interpretadas de acordo com os dados adquiridos na pratica clínica. Assim surgem diversas escolas de psiquiatria:

a) Psiquiatria biológica, psicodinâmica – Freud, Hartmann, Jung, Sullivan, Adler.
b) Psiquiatria comportamentista – Watson, Skinner, Ullman.
c) Sócio genética – Laing, Cooper, Szasz.
d) Fenomenologica – Jasper, Von Gebsattel, Binswanter.

As relações entre psicologia e ética são prejudicadas em particular, pelo dualismo antropológico proposto na filosofia transcendental. As ciências positivas pós-kantianas se mostram facilmente disponíveis a aceitar uma imagem determinista e mecanicista da realidade, no nosso caso o psiquismo humano, pois considera como dever da explicação cientifica a determinação das conexões necessárias entre fenômenos (por exemplo, entre motivação e ação) que consintam prever e curar. Freud estava convencido que o devir psíquico é "integralmente sujeito ao principio da determinação" [34]. A psicologia fica exposta ao risco de extrapolar dados clínicos, como sucederia da constatação que o sentimento de culpa de um indivíduo é patológico, se passasse a atribuir tais condições patológicas à consciência da culpa em geral. A dificuldade aumenta se, da parte da filosofia, a liberdade é entendida como absolutamente incondicionada (Sartre): a descoberta, da parte da psicologia, dos limites evidentes e dos condicionamentos da liberdade humana tende a ser interpretada como uma prova da sua inexistência.

No fundo de todas essas dificuldades reaparece o problema mencionado na filosofia transcendental: a tendência de boa parte da ciência da visão do cosmo moderna de elaborar uma antropologia dualista. O homem, na verdade, é um ser unitário e pluridimensional, unidade de matéria e espírito. As ciências positivas põem analiticamente as diversas dimensões da pessoa, e as estudam separadamente. Se essa separação metodológica não é enquadrada em uma antropologia integra,

[34] FREUD, S., Preistoria della teoria anlitica, in Opere, Torino, 1967, vol. IX, p. 182.

subordinando-se a essa, se corre o risco de dar origem a múltiplas concepções parciais, que perdem a unidade e a integralidade especifica da pessoa humana enquanto tal. O problema se agrava na medida em que essas concepções parciais formulam critérios práticos sobre o comportamento humano.

2. Ética e Sociologia.

A Ética e a sociologia coincidem em parte no objeto material. Dizemos em parte porque não toda a Ética, mas a ética social, que tem como objeto material a sociedade, ou o comportamento do homem em sociedade, mesmo objeto da sociologia. Contudo Ética e sociologia se diferenciam no objeto formal. A sociologia positiva descreve, classifica e mede os fatos sociais mediante métodos empíricos: estatísticas, questionários, gráficos, etc.; e desse modo estuda também os aspectos sociais do comportamento moral. Assim toma em consideração e contribui e dá a conhecer aquilo que faz uma sociedade e em um tempo determinado, mas permanece fora das suas possibilidades metodológicas estabelecer aquilo que os homens devem fazer, mesmo se pode indicar as possibilidades de escolhas presentes e as suas respectivas consequências. Vale a pena recordar como vimos na concepção sociológica, em particular de Lévy-Bruhl que a ciência deve apenas afirmar aquilo que é, e não aquilo que deve ser. Por isso é que permanece fora do campo da sociologia qualquer proposta de estabelecer o que os homens devem fazer.

O estudo da sociedade ou do homem como agente social precede o nascimento da sociologia positiva. Obras como *A República* de Platão, a *Política* de Aristóteles, *a Cidade de Deus* de Santo Agostinho, *Os Discursos* de Maquiavel ou *A Ciência Nova* de Vico contém amplas analises dos fenômenos característicos da vida social. A novidade da sociologia do século XIX reside principalmente no método. A partir de Comte a sociologia será concebida como uma ciência positiva, isto é, como uma ciência limitada à esfera da experiência sensível, àquilo que hoje chamamos método experimental. A sociologia positiva nasce, portanto, como uma ciência empírica que observa, ordena, mede e procura descobrir as causas imediatas e as leis dos fatos sociais valendo-se de um método empírico-indutivo. A impostação metodológica da moderna sociologia é em si mesma legitima, sempre que não perca a consciência dos próprios limites e que se reconheça a necessidade de manter determinadas relações com a filosofia social, a antropologia filosófica e a ética. Estas últimas ciências devem oferecer a visão complexa da pessoa e do mundo humano, nas quais o conhecimento sociológico pode se enquadrar devidamente. Não se pode esquecer, contudo, que o início da sociologia foi no contexto filosófico do positivismo de Comte. Vimos como isso trouxe notáveis problemas metodológicos e filosóficos[35].

O desenvolvimento e aplicação da ciência sociológica poderá constituir na sociedade atual uma força verdadeiramente humana, se adotar os pressupostos filosóficos adequados. Nesse sentido deve considerar o homem no seu ser, ou seja, é preciso o apoio da filosofia que responde à pergunta do ser, do ser que é o homem. Só assim se pode estabelecer uma conexão entre ética social e sociologia. A ética social afirma que é parte da natureza humana viver em comunidade, por isso a realidades humanas tem uma dimensão social, seja nas causas que a colocam no ser, seja nas suas finalidades. Toca a sociologia estudar os modos e as formas nas quais se exprime e se atualiza a sociabilidade, os dinamismos que configuram as suas realizações históricas concretas, etc. Se deve admitir, portanto, que:

> Os objetos da sociologia não são nem a essência do homem, nem a da sociedade, mas sim os modos nos quais estas se manifestam pelo fato de "estar em relação com".

[35] Recordamos como a sociologia de Comte partia da premissa que só poderia ser admitido como ciência aquele estudo que pudesse ser avaliado empiricamente. Se impunha assim um método empírico às ciências humanas e desse modo se excluía a possibilidade de uma verdadeira filosofia e mais ainda de uma metafísica.

A sociologia pode, porém, contribuir notavelmente para definir uma antropologia adequada, isto é para definir as formas da convivência social próprias do homem; por isso ocorre que a sociologia não seja limitada a uma visão funcionalista, tornando-se capaz de compreender que uma relação social não pode ser reduzida às funções que cumpre ou que cumpriu de fato. Em outras palavras, fixar a atenção no estudo dos fenômenos de relações não significa ignorar a essência das relações e dos seus sujeitos sociais. Ao contrário, é próprio de uma correta "fenomenologia" permanecer aberta ao discurso sobre as "essências", mesmo se estas são colhidas em um outro âmbito cognoscitivo.

3. Ética e metafísica.

Para delimitar o objeto deste parágrafo é preciso recordar que o termo "metafísica" pode ser usado ao menos em dois sentidos diferentes. Pode significar um modo geral de conceber e pôr o fundamento filosófico, e então se refere à filosofia do ser. O segundo lugar, a metafísica é também uma das disciplinas filosóficas, em concreto aquela que Aristóteles chamou filosofia primeira e que outros autores chamam também de ontologia (impropriamente, pois a ontologia é só uma parte da Metafísica). Tomaremos aqui metafísica nesse segundo sentido. A metafísica é o núcleo fundamental da interpretação da realidade própria da filosofia do ser. Nesse sentido ela realiza a fundação última da ética com alguns conhecimentos já estabelecidos pela metafísica (concretamente da teologia natural, que é uma parte sua). Esses conhecimentos são: existência de Deus, criação do mundo, espiritualidade e imortalidade da alma humana, destinação última do homem à comunhão com Deus.

É importante esclarecer o significado da diferença que existe entre ética e metafísica. Não é correta a opinião que o bem é formalmente idêntico ao ser. Isso faria da ética um simples prolongamento da metafísica. Na nossa perspectiva a relação entre ética e metafísica, tem um outro significado. Entre as duas disciplinas subsistem duas notáveis diferenças formais e epistemológicas, seja devido ao fato que o bem é formalmente diferente do ser, porque o bem moral é um objeto prático[36], seja do fato que a ética tem um ponto de partida próprio e específico: a experiência moral. Assim a ética não pode ser vista como uma parte da metafísica ou como um seu corolário. A raiz das relações entre ética e metafísica se encontra de uma parte no fundamentar-se em última análise da ordem moral na ordem ontológica, isto é, no residir do bem no mundo do ser, e, em última análise, do mal na privação do ser. A objetividade e o valor absoluto da ordem moral correspondem em última instancia ao caráter absoluto da afirmação metafísica, e a obrigação moral, como poder normativo da verdade, reflete a essencial abertura da subjetividade ao ser.

De outra parte, estas relações se fundamentam no fato que certos conhecimentos (indicados anteriormente, existência de Deus, etc.) que só a metafísica pode oferecer de modo científico, são, por outro aspecto, internas à ética, enquanto apresentam a explicação última da vida moral. A ética independentemente da metafísica, poderia talvez fazê-los objetos de um procedimento postulatório provável (postulados da razão prática de Kant), mas com isso se incorreria de uma parte em uma fratura entre razão especulativa e razão pratica (não podemos saber que Deus existe, mas seríamos moralmente obrigados a comportar-nos como se Ele existisse) para a qual não encontramos nenhum fundamento e, de outra parte, em um círculo vicioso, pois as exigências éticas que parecem justificar os postulados podem também receber em uma perspectiva agnóstica uma interpretação diferente, que a priva da sua força postulatória. Comenta Luño que tal força parece residir, em Kant, no desejo de fazer entrar furtivamente do plano superior a metafísica que foi expulsa no momento de lançar os

---

[36] Como vimos a moralidade dos atos humanos, objeto da ética não é uma realidade meramente especulável, como, por exemplo, os astros e seu movimento, mas uma realidade do agente em quanto tal, ou seja, é real somente enquanto realizado pelo o homem. A moralidade é objeto de realização e não simplesmente de contemplação: é um objeto prático relativo à ação humana. LUÑO, Angel Rodríguez, *Ética*, Le Monier, Firenze, 1992, p. 12.

fundamentos do edifício (destruir o saber para dar lugar à fé). Não nos parece necessário recorrer a procedimentos desse tipo, pois não nos convence a crítica kantiana à metafísica[37].

Tracemos agora um breve quadro das posições sustentadas pelos diversos autores e das instancias que inspiram em relação ao problema da conexão entre ética e verdades metafísicas.

1) A negação da conexão entre ética e teologia natural responde a diversas instancias. Uma destas é a negação da possibilidade da metafísica como ciência, ou ao menos a negação da possibilidade de um conhecimento racional de Deus: Estão aqui as impostações ateias ou simplesmente agnósticas.

   O pensamento de Heidegger é um claro exemplo de ontologia sem teologia natural. Uma outra instancia não menos importante é o desejo de sublinhar a separação entre valor e ser, isto é, da completa autonomia da ética e da ordem moral a respeito da ordem ontológica (entendido às vezes, no modo incorreto, como ordem dominada pelas ciências positivas). Exemplo de uma instancia autonomista é a ética elaborada sem apoiar-se em uma teologia natural, mas que acaba abrindo-se a um certo conhecimento de Deus; tal conhecimento é postulado pela ética, e não justificado pela metafísica. Este é o caso de Kant que já apresentamos. Com os seus celebres postulados da razão prática, procura de fundamentar uma certa metafísica na ética.

2) Entre aqueles que admitem uma fundamentação na existência de Deus para ética encontram-se diversas diferenças. Alguns retêm que a moral gira ao redor do conceito de lei, entendida não como uma ordenação da razão, mas somente como expressão de preceitos da majestade divina. Assim o conteúdo da moral é determinado imperativamente por Deus, o qual comunica ao homem através da revelação aquilo que deve fazer e aquilo que deve evitar. Essa impostação encontramos no calvinismo e na ética de Geulinx e di Pufendorf. Uma posição análoga é aquela do voluntarismo de Ockham, a qual faz consistir a essência da moralidade na absoluta e arbitrária vontade suprema de Deus. Não existe nem bondade nem malicia intrínsecas: é bem aquilo que Deus ordena e só porque Deus ordena, e é mal aquilo que Ele proíbe e só porque ele proíbe. Segundo Ockham Deus poderia ter ordenado ou proibido o contrário do que estabeleceu. Este princípio é tido como compatível com a estabilidade da lei moral revelada mediante a distinção entre *potentia Dei absoluta* e *potentia Dei ordinata*. Estas duas orientações estabelecem uma conexão necessária ente ética e Revelação. A vontade de Deus, conhecida por Revelação, constitui o fundamento imediato e único da obrigação moral, e a conformidade a esta vontade e a essência mesma da moralidade. Quem não conhecesse ou não admitisse a Revelação, não poderia experimentar nenhum fenômeno verdadeiramente moral. Estes autores não admitem a possibilidade de uma ética filosófica, por isso a conexão entre ética e teologia natural se torna para eles uma questão sem sentido.

3) Os filósofos que se movem no contexto da filosofia do ser aceitam uma impostação de fundo comum, partindo da qual chegam, todavia a soluções diferentes. A tese que nos interessa é a que faz necessário admitir a metafísica criacionista e afirmar que quando a razão humana cumpre formulando os seus ditames práticos, participa da ordenação posta pela razão divina. Isto vale sobre o plano ontológico objetivo. No plano subjetivo se dão duas possibilidades: se a pessoa dispõe de um conhecimento completo da realidade, compreende que o ditame da razão tem um fundamento transcendente. Contudo é também possível que a pessoa, por ignorância, o entenda somente como exigência da racionalidade ou da dignidade da pessoa humana. Em outras palavras, a razão última pela qual a exigência existe se apresenta ao

[37] LUÑO, Angel Rodriguez, *Ética*, Le Monier, Firenze, 1992, p. 73.

homem como obrigação absoluta é, objetivamente e ontologicamente, a sua origem divina, também se a pessoa concreta não está consciente, portanto não pode dar uma explicação suficiente daquilo que a sua experiência atesta. Esta hipótese não é objetivamente impossível de propor: também se a natureza racional da pessoa é um fato, a plena compreensão da racionalidade da existência humana e do sentido da inteira realidade resulta possível somente se na origem de todo ser há uma inteligência criadora. Esta é a tese de São Tomás e a que nos parece mais adequada.

4. Ética e antropologia.

As relações entre ética e antropologia no plano da fundamentação das normas éticas concretas têm uma importância análoga a da metafísica na ordem dos fundamentos últimos da vida moral. As normas éticas respondem ao bem da pessoa humana enquanto exprimem aquilo que para ela é verdadeiramente bom. A justificação destas normas depende, portanto do conhecimento daquilo que é bem para o homem. Este conhecimento se alcança em boa parte de modo espontâneo e pré-científico, mas deve ser justificado e corrigido filosoficamente. Tal justificação filosófica depende da resposta que se dá à pergunta "que coisa é o homem?", pergunta que é feita pela antropologia filosófica. Somente sabendo que coisa é o homem podemos provar filosoficamente o que é em concreto conveniente para o homem. Através da noção de conveniente a metafísica mesma nos envia à antropologia, com a qual se encontra em relação a teoria do agir, começando com o conceito de ato humano. Como vimos atos humanos são aqueles próprios do homem enquanto tal, e o conhecimento de que coisa é próprio do homem enquanto tal pressupõe o conhecimento do que é o homem. Outros temas importantes da ética se encontram em relação com a antropologia, como liberdade, amor, virtude, etc.

5. Ética filosófica, ética teológica e ética cristã.

Entre ética filosófica e ética teológica se dá a seguinte diferença: a ética estuda com a luz da razão as exigências morais da pessoa humana, criada a imagem e semelhança de Deus. A ética teológica trata da vida do homem elevado à dignidade sublime e misteriosa de filho de Deus e irmão de Cristo. Tomando como ponto de partida a Revelação, a teologia moral concentra o seu interesse sobre a dignidade do homem partícipe, através da graça, da natureza divina. A graça é o evento essencialmente gratuito pelo qual a pessoa entra em relação ética totalmente nova e mais elevada, que, acrescenta se às exigências éticas naturais, delineando um de vida superior, que tem como termo a visão beatífica de Deus Uno e Trino. Entre ética filosófica e teologia moral se estabelece a mesma distinção e a colaboração, portanto, existente entre razão e fé ou natureza e graça.

É preciso ter em conta que a razão e fé não são princípios cognoscitivos paralelos que não se encontram jamais. Não se devia falar de razão e fé, mas de razão e razão enriquecida pela fé. A reflexão teológico-moral assume ou pode assumir todas as verdades éticas que a razão pode encontrar com as próprias forças (veremos, pois, que também a reflexão filosófica assume ou pode assumir os conhecimentos adquiridos através da fé que não são em si mesmos um mistério inalcançável para a razão). Por isso se diz que a posição da ética filosófica diante da ética teológica é aquela do incompleto diante do completo.

A ética filosófica não só é incompleta, mas o estatuto de uma ética só filosófica é problemático: que valor prático pode ter uma ética distante das condições reais da atividade moral? O valor prático da filosofia moral se apoia no sobrenatural, porque não pode tomar a carga de todas as condições reais que deve ordenar. Para atingir a plenitude à qual o homem foi livremente destinado por Deus é necessário recorrer à ética teológica, antes de tudo para conhecer a finalidade e as exigências éticas

especificamente teológicas, e depois para dispor de uma justificação e de uma motivação mais altas e mais eficazes no cumprimento daquilo que é naturalmente justo.

Por esses motivos se deve afirmar que a ética filosófica deve manter com a ética teológica a máxima abertura compatível com a essencial racionalidade da filosofia. Por isso é necessário distinguir o âmbito teológico em si mesmo sobrenatural (ou irracional), e, portanto, um mistério acessível somente a fé. Aquilo que em si mesmo é mistério supera a capacidade da filosofia e esta não o assume como princípio de um argumento ético filosófico, também se naturalmente o filósofo terá as mesmas obrigações dos outros homens na relação com a fé. O que é por si mesmo compreensível para a razão deverá ser examinado pela filosofia moral. A razão humana tem a sua origem e o seu fundamento na razão divina. Com isso não se quer confundir as disciplinas filosóficas e teológicas, apenas a ética deve permanecer aberta às fontes da verdade ético-racional, que não se reduzem somente a reflexão conceitual: a experiência moral com a teologia contém ensinamentos que tocam a matéria moral.

Passemos ao conceito de ética cristã. É um caso particular do problema das relações entre ética e religião. Ética cristã e teologia moral não são sinônimos. A ética cristã uma reflexão sobre a totalidade da moralidade, pois acrescenta outros valores, como a humildade, a mansidão, o serviço desinteressado que renuncia à realização das próprias possibilidade a fim de beneficiar os outros, o perdão das injurias e sobretudo o amor aos que nos perseguem. Trata-se de valores que, antes de vê-los vividos, podem parecer incompreensíveis a quem não conhece a Cristo, mas a cuja beleza e sublimidade é evidente para quem os vive, assim é claro que esses levam a cabo as aspirações éticas naturais.

Questionário.

1. A ética e a psicologia estudam realidades comuns? Quais são?
2. Qual a diferença entre ética e psicologia? Explique.
3. Que dificuldades podem existir entre ética e psicologia?
4. Qual a diferença e qual a semelhança entre ética e sociologia?
5. Por que se pode afirmar que a metafísica realiza a fundação última da ética?
6. Por que a ética não pode ser considerada um simples prolongamento da metafísica?
7. O que dizer do pensamento de Kant que renuncia a fundamentar à ética nos conhecimentos oferecidos pela metafísica?
8. Explique a posição de Ockham que fundamenta a moral na vontade de Deus. Você concorda com a posição dele? Por quê?
9. Explique a tese da metafísica criacionista para explicar a relação de ética e metafísica.
10. Exponha a relação entre ética e antropologia.
11. Explique a diferença entre ética filosófica e teologia moral.
12. Como admitir uma relação entre ética filosófica e ética teológica sem confundir as duas disciplinas?
13. Explique o que é ética cristã.

Segunda Parte: O SUJEITO MORAL

IV CAPÍTULO: A PESSOA COMO SUJEITO DA ATIVIDADE MORAL.

1. Teoria da ação e teoria da pessoa.

A ética trata das ações humanas que são o seu objeto material. Os conceitos éticos fundamentais (bem moral, norma, virtude, pecado, etc.) se referem de um modo ou de outro à ação, e podem ser

entendidos corretamente só em relação a ação e aos conceitos que utilizamos para estudá-la. Nesse sentido a ética pressupõe uma teoria da ação humana.

Hoje se discute se a teoria da ação seja uma disciplina independente da ética ou se seja uma parte sua. Isto, porém, não invalida a inclusão na ética do estudo da ação humana. A ação humana pode receber uma *explicação teleológica*, segundo a qual se pode falar da ação só quando é possível formular enunciados sobre uma relação entre fim e meios. Ainda se pode falar de uma *explicação causal*, que fala da ação em termos de causas eficientes e dos seus efeitos. Ainda se pode falar de uma *explicação intencional*, pela qual a teoria da ação se apoia sobre respostas linguísticas à pergunta sobre os motivos ou razões do agir. Pode-se falar também de uma *explicação aristotélica*, fundada sobre a teoria do silogismo prático, que teria a função de operar uma síntese prudente entre a universalidade da regra e a contingencia do suceder histórico (epichéia). Por exemplo, eu sei que não se deve avançar o sinal vermelho, contudo dirigindo de madrugada, considerando o perigo de assalto, avanço o sinal não por desconsiderar a regra geral, mas por prudência.

Nenhuma dessas perspectivas temáticas pode ser esquecida, mas também não é considerada em si completa. Para Luño[38] somente a perspectiva antropológico-moral é em si completa, pois consiste em pôr em evidencia a inteira gama das relações existentes entre a teoria da ação e a teoria da pessoa. Tais relações se estabelecem sobre três planos:

1) O primeiro é determinado do fato que a pessoa é a origem e o sujeito da ação propriamente dita. Este plano pressupõe o conceito de pessoa que deve ser elaborado tendo em conta alguns conhecimentos metafísicos.
2) O segundo plano obedece ao fato que a ação humana manifesta o dinamismo específico da pessoa. Certas dimensões da subjetividade se atualizam somente no agir.
3) O terceiro plano é determinado do fato que a pessoa mesma é objeto da ação e não só sujeito dessa.

2. Unidade e complexidade da pessoa como sujeito ontológico e sujeito moral.

2.1. Unidade e complexidade da pessoa como sujeito ontológico.

Boécio define pessoa como a substancia individual de natureza racional[39]. Sua natureza racional o faz diferente de todos os animais. Deve-se conceber a pessoa como uma unidade. Seria estranho conceber o corpo separado da alma. Assim o corpo humano vivo é realmente uma realidade pessoal. O corpo humano não é independente do espírito, como também o espírito humano não é independente do corpo enquanto o vivifica.

Também se pode compreender a complexidade do ser humano de uma perspectiva fundamentalmente ontológica, como aquela da filosofia tomista, o problema se põe sobre o plano da ação e não sobre o plano entitativo. A vontade se distingue da natureza enquanto são consideradas como princípios de dois dinamismos tão diferentes como a ação voluntaria e os processos das relações naturais. São Tomás de Aquino denomina *voluntas ut natura* a disposição natural da vontade, que é o fundamento e a condição da possibilidade da liberdade diante dos bens concretos. A pessoa humana não é a soma de natureza e razão, mas um indivíduo de natureza racional. Assim é próprio do espírito uma abertura ao universal que não invalida o conceito metafísico de natureza espiritual. O ato de um

---

[38] LUÑO, Angel Rodríguez, *Ética*, Le Monier, Firenze, 1992, p. 87.
[39] BOÉCIO, *De duabus naturis*, c. 3, PL 64, 1343.

espírito finito pressupõe a natureza espiritual. É nesse sentido o espiritual tem também uma dimensão natural, se bem que se trate de uma natureza aberta ao ser em toda a sua universalidade.

O conceito metafísico de natureza é solidamente ligado à concepção criacionista. As naturezas criadas, sendo algo de diferente de Deus, têm o seu arquétipo e a norma originária na razão criadora; a pessoa humana reflete a imagem divina.

2.2.Unidade e complexidade da pessoa como sujeito moral.

O homem é sujeito moral sobretudo enquanto é dotado de conhecimento intelectual e vontade livre. As características essenciais da moralidade se verificam somente no sujeito dotado de razão e de liberdade. É necessária a compreensão universal e absoluta do bem, o autodomínio que faz a ação expressão autônoma do eu assinalado da responsabilidade. A moralidade se refere diretamente ao querer e à tendência, e por isso o sujeito da moralidade é a vontade livre. A liberdade é a qualidade pela qual, sobretudo, o homem é imagem de Deus e pode entrar em relação com Ele.

Além da vontade e da inteligência não devemos esquecer-nos dos sentimentos. Entre a esfera da vontade e a dos sentimentos se instalam relações comunicativas. Facilmente se pode confundir a vontade com os sentimentos. Lembramos que a vontade como faculdade da alma se liga à inteligência que a informa do bem. Os sentimentos, se não tem um desenvolvimento equilibrado podem prejudicar a vida afetiva e de espiritualidade, podendo assim perturbar a vontade. A tonalidade sentimental que acompanha uma ação não é decisiva pela qualidade moral de tal ação, mas constitui em todo caso um sinal da estrutura psicológica da pessoa.

Questionário.

1. Qual o conceito de pessoa elaborado por Boécio?
2. O que dizer da unidade entre corpo e alma no homem?
3. Explique a relação entre vontade, inteligência e sentimentos no homem.

V. CAPÍTULO: TEORIA DA AÇÃO VOLUNTÁRIA.

1. A ação voluntária.

1.1. Conceito de ação voluntária.

Ação voluntária pode ser definida como a ação que procede de um princípio intrínseco e é acompanhada do conhecimento formal do fim. Proceder de um princípio intrínseco é agir dentro de um sujeito agente com conhecimento formal do fim. Significa que o sujeito agente conhece "o que em vista de" (o fim) se cumpre a ação, e que o conhece expressamente como objetivo de seu agir, avaliando a conveniência enquanto tal.

Conhecimento formal do fim significa, de outra parte, que o conhecimento ponderado do fim é, de certo modo a origem da ação. Em tal sentido, a ação voluntária é uma ação consciente. Na definição que estamos comentando, o termo fim exprime o objeto próprio da vontade. A intencionalidade é uma característica dos atos da inteligência e da vontade que consiste na sua essencial abertura ao objeto. Deixando de lado a intencionalidade da inteligência, vejamos as características da intencionalidade da vontade:

1) A intencionalidade da vontade é consciente enquanto a orientação do ato ao objeto é vivida pelo sujeito. A pessoa antes de agir projeta e representa a ação. Projetar e representar são atos da razão implicados na atividade voluntária.
2) A intencionalidade da vontade é ativa, porque a relação estabelecida entre sujeito voluntário e objeto é decidida e posta pelo sujeito mesmo.
3) A intencionalidade da vontade é guiada e ordenada pela razão. O objeto ao qual a vontade se dirige intencionalmente, é apresentado ou avaliada pela razão e em tal sentido é constituído pela razão. O juízo racional põe em relação a ação ou o seu sujeito com um motivo.
4) Contrariamente à inteligência a vontade é auto referencial. Toda ação da vontade, além de ter um objeto intencional, tem como objeto a pessoa agente (mas não como objeto intencional), e retorna sobre o sujeito pessoal; não é possível, por exemplo, roubar sem se dar conta de ser ladrão, enquanto se pode conhecer um furto ou um homicídio sem manchar-se destas culpas morais. O querer implica em uma identificação pessoal (uma avaliação e uma tomada de posição positiva com o amor, e negativa com o ódio ou recusa) com o desejado, que não se dá no conhecer enquanto tal. A pessoa permanece comprometida como pessoa em todo ato de vontade e por isso toda determinação da vontade procura o objeto é sempre também autodeterminação, isto é, ato pelo qual a pessoa se autodetermina.
   A auto referência da vontade não se deve confundir com a reflexão, isto é, com o retorno intencional do querer sobre si mesmo, com o querer que tome si mesmo como objeto intencional (quero o meu querer, consinto odiar, etc.). A reflexão se atua sobre o plano do objeto intencional da vontade: a auto referência não.

1.2.Atos elícitos e atos imperados: a dupla atividade elícita da vontade.

Distinguem-se dois atos voluntários: os atos voluntários elícitos e os atos voluntários imperados. Os atos voluntários elícitos são exercitados diretamente pela vontade (amor, ódio, etc.) e são atos imperados os atos realizados imediatamente por outra faculdade diferente da vontade (a inteligência, os braços, os olhos) sob a influência ou a moção da vontade: ler um livro, bater em uma mesa, prestar atenção são ações voluntárias.

Assim a pessoa como centro espiritual toma posição diante a um objeto (ama, odeia, aprova, desaprova, aceita, rejeita) independente do fato que o objeto esteja em seu poder. Esta é a atividade elícita própria da vontade.

A pessoa também pode, porém, por voluntariamente em movimento certas atividades do espirito (da inteligência, da memória, da imaginação) e, sobretudo do corpo que tendem a realizar ou conseguir efetivamente o objeto amado ou a destruir o odiado. Este segundo tipo de atividade elícita consiste, portanto, no fato que a vontade escolhe e aceita um projeto de atividade imperada, enquanto move e domina a sua execução. A vontade dominando a ação a finaliza: a ordena a um fim ou a faz depender de uma razão ou motiva (a pessoa sabe o que faz e porque faz). Assim a ação humana pode ser considerada como uma unidade de "alma" e "corpo".

1.3. Ação perfeitamente voluntária e ação imperfeitamente voluntária.

Ação perfeitamente voluntária é aquela que realiza plenamente as condições da ação voluntária. Opera, portanto de modo perfeitamente voluntário a pessoa que é consciente daquilo que faz e que consente plenamente na própria ação. Se falta um desses elementos, ação será imperfeitamente voluntária. A imperfeição do ato voluntário pode depender de duas condições:

1) Presença imperfeita de conhecimento formal do fim no momento da ação. Não nos referimos aqui ao caso no qual o conhecimento do fim seja viciado pela ignorância e do erro, mas à

existência de causas ou situações (como a semi-sonolência, a embriaguez, a parcial perturbação da mente causada por uma doença, por uma paixão violenta, de um estado de grande agitação, etc.). São causas que impedem a normal realização psicológica do juízo intelectual implicado em todo ato da vontade.

2) Imperfeição do movimento da vontade em direção ao objeto, porque esse possui aspectos que causam repugnância, hesitação, etc., por exemplo, ação honesta, mas dolorosa, ação prazerosa, mas eticamente reprovável ação vantajosa, mas injusta. Quando a pessoa não toma posição de modo preciso diante a estes valores de diversos gêneros, se produz uma situação de luta que pode resolver-se em um movimento voluntário deficiente, não suficientemente consolidado, próprio de um sujeito que não chega a decidir-se. O importante é dizer que se o sujeito passa a ação externa não se pode falar de consentimento imperfeito.

1.4. Ação e omissão.

O conceito de ação voluntária não se aplica só ao querer ou fazer voluntário, mas também ao não querer e ao não fazer, isto é, ao que chamamos comumente de omissão. Omitir uma decisão é uma decisão tão voluntária como o fazer.

O conceito de omissão é eticamente relevante quando determinadas situações, exigem um comportamento que, todavia, não se realiza, quando quem podia razoavelmente espera algo de nós, quando se trata de omissões reprovadas pela lei moral ou civil (omissões de socorro, omissão de um dever profissional, etc.), nesses casos a omissão de um ato que deveria ser realizado representa algo de ilícito, ou seja, a pessoa decidiu positivamente de não agir. Assim a pessoa torna-se responsável pelo curso dos eventos que se podia impedir, porque o estado de coisas é de certo modo causado pela inatividade.

São Tomás diz que o que deriva da omissão procede da vontade indiretamente, é efeito indireto da vontade[40]. Hoje esta terminologia (voluntario indireto) é tomada para designar um objeto parcialmente diverso (ações de efeito duplo que veremos adiante). Nos parece, porém que a consideração tomista seja exata e possa ser mantida.

1.4.1. A lícita ocultação da verdade[41].

a) A licitude de ocultar a verdade.

Nunca é lícito mentir e muitas vezes é ilícito omitir, mas há situações na vida em que não é prudente nem justo dizer o que se pensa. Nesses casos é lícito ocultar a verdade desde que não se minta. Afirma São Tomás que "é lícito recorrer a certa dissimulação, para ocultar prudentemente a verdade".[42]

Todo homem tem o direito a manter reservados alguns aspectos da verdade, sobretudo da vida privada, cujo conhecimento não serviria em nada ao bem comum, e, pelo contrário, poderia prejudicar legítimos interesses pessoais, familiares ou de terceiros. Trata-se aqui de um direito que não é absoluto, pois pode haver forte razão suficiente para que uma pessoa tenha obrigação moral de dar a conhecer também esses aspectos reservados.

---

[40] AQUINO, São Tomás de, in *Suma Teológica*, I-II, q. 6, a. 3, c.
[41] SADA E MONROY, *Curso de Teologia Moral*, Rei dos Livros, Lisboa, 1989, p.233.
[42] AQUINO, Tomás, S. Th. II-II, q. 110, a. 3, ad 4.

O próximo tem direito que se lhe diga a verdade, mas não tem direito, salvo em casos excepcionais, como foi mencionado, que lhe seja revelado o eu pode ser matéria de legítima reserva. Nesses casos, não é faltar a verdade calar ou responder que "nada há a dizer".

b) A restrição mental.

Um modo de ocultar a verdade é a restrição mental, que consiste em pronunciar uma frase que, tomada como soa, é falsa, mas que tem um sentido verdadeiro, oculto na mente de quem fala.

Pode-se distinguir duas formas de restrição mental. Quando não há nenhum indício por onde se possa descobrir a verdade, chama-se *restrição puramente mental*; se, pelo contrário, fica alguma brecha por onde se possa vislumbrar a verdade, chama-se *restrição latamente mental.*

A respeito da restrição mental há dois princípios:

1) *A restrição puramente mental jamais é lícita.*

O motivo é que sendo impossível descobrir o sentido verdadeiro, que permanece sempre oculto, equivale a mentira. Por exemplo como estas: "Já vi Roma" (em fotografia); "Não fiz tal coisa" (há dois anos); "Não roubei a caneta" (com a mão esquerda). Vê-se que são expressões que são sempre mentiras. Assim se poderia mentir sempre impunimente.
"*De ser lícito, em certas ocasiões, ocultar a verdade, não se conclua que seja lícito mentir*"[43]

2) *A restrição latamente mental é ilícita sem causa justa, mas pode ser lícita com causa justa e proporcionada.*

A razão disso é que são mentiras propriamente ditas, visto que o sentido verdadeiro pode ser descoberto próximo. Por exemplo, a chamada telefônica a que se responde "não está" entendendo-se "para você", e concretamente "nesse momento".

Deve ser usada com causa justa e proporcionada, com quem se livra de um perigo ou de um incomodo, mas nunca é lícita se equivaler a negar a fé. Os mártires poderiam ter negado a fé, mas não o fizeram porque seria grave mentira, além de escandalizar os mais fracos.

Dentro dessa seção se inclui o que a linguagem corrente são modos comuns de expressão, embora não sejam verdadeiros. Como o vendedor que afirma que o seu produto "é o melhor". Trata-se de palavras que não induzem ao erro a não ser por falta de senso.

Geralmente é desaconselhável o uso da restrição mental, por ser fácil perder a proporção das coisas e cair em autênticas mentiras. Para ajuizar sua licitude, seria apropriado aplicar as regras do ato voluntário indireto que examinaremos um pouco mais adiante.

Conclusão: Mantem-se firmemente o caráter intrinsecamente mau da mentira, é preciso guiar-se pela prudência, longe de qualquer compromisso assim como de qualquer ingenuidade inconveniente.

1.4.2. O Segredo[44].

[43] AGOSTINHO, Sto., Catena Aurea, vol. I, pa. 425.
[44] SADA E MONROY, *Curso de Teologia Moral,* Rei dos Livros, Lisboa, 1989, p.234.

Com tudo que se acaba de dizer se relaciona o tema do segredo, que é um caso concreto da ocultação da verdade. A bondade moral do segredo demonstra-se pela obrigação que têm de o guardar aqueles a quem ele foi confiado como, por exemplo, no segredo profissional.

A. Definição e divisão.

Segredo é tudo aquilo que, pela sua própria natureza ou por um compromisso, exige a obrigação de ser conservado oculto. Pode ser:

a) *Natural*: quando deriva da natureza mesma do assunto; p. ex., quem conheça uma falta grave do próximo, segredos de família, etc.;

b) *Prometido*: quando, depois de conhecer alguma coisa, se faz a promessa de a não revelar; corresponde ao dever de fidelidade;

c) *Confiado*: quando, antes de conhecer alguma coisa, se promete não a revelar.

B. Obrigações acerca do segredo.

1) *Não é lícito averiguar segredos alhe*ios; p. ex., é pecado abrir cartas alheias, revistar móveis, estar ocultamente à escuta, pressionar alguém para nos contar algo, etc.
2) *O segredo natural obriga em restrita justiça*, gravemente em matéria grave e levemente em matéria leve.
3) *O segredo prometido obriga*, não por justiça, mas só por fidelidade, e a sua divulgação não passa, em geral, de pecado leve, a não ser que prejudique alguém.
4) *O segredo confiado obriga mais estritamente que o segredo natural*, e em princípio gravemente, a não ser tendo em conta a insignificância da matéria.

Sob a obrigação de se guardar este segredo encontram-se todos aqueles que conhecem algo em razão do seu exercício profissional: o médico, o advogado, o homem de Estado, e – com maior rigidez que ninguém – o sacerdote no foro sacramental.

A obrigação de guardar segredo desaparece:

1) Quando o facto se tornou público;
2) Quando legitimamente se pressupõe a autorização daquele que o confiou; p. ex. para o livrar de um mal grave;
3) Quando se trata de evitar um prejuízo grave à sociedade, pois o bem comum está acima do particular.

C. Sociedades secretas.

Sociedade secreta é aquela que não é conhecido por quem temo direito de a conhecer, isto é, que priva a autoridade ou a sociedade no seu conjunto do conhecimento a que tem direito. Não o é, pelo contrário, aquela que informa devidamente das suas atividades, fins, etc.

O Magistério da Igreja precisou que por sociedades secretas se deve entender aquelas que "exigem dos seus membros um segredo tal que a ninguém deve ser manifestado, e lhe pedem